

**UNIJUÍ - UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO
GRANDE DO SUL**

WILLIAN MATHEUS HEINECK

**SUSTENTABILIDADE E CAPITALISMO: CONTRADIÇÕES DO MODELO DE
DESENVOLVIMENTO**

Três Passos (RS)
2015

WILLIAN MATHEUS HEINECK

**SUSTENTABILIDADE E CAPITALISMO: CONTRADIÇÕES DO MODELO DE
DESENVOLVIMENTO**

Trabalho de Conclusão do Curso de
Graduação em Direito objetivando a
aprovação no componente curricular
Trabalho de Curso - TC.

UNIJUÍ - Universidade Regional do
Noroeste do Estado do Rio Grande do
Sul.

DCJS- Departamento de Ciências
Jurídicas e Sociais.

Orientador: Doutor Daniel Rubens Cenci

Três Passos (RS)
2015

Dedico este trabalho aos meus pais, que me ensinaram os valores necessários para que eu buscasse sempre meu crescimento.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, que me deram a educação e ensinaram os valores que carrego em minha consciência e que me fazem sempre buscar o meu melhor.

Ao meu orientador, Daniel Rubens Cenci, que além de professor, nestes anos de vida acadêmica, tornou-se também um grande amigo, incentivador e guia na busca pelo conhecimento através da pesquisa, da leitura e da escrita.

Aos meus colegas de trabalho, colegas de faculdade e aos amigos, que dividiram momentos de discussão, dificuldades e empolgação durante toda a construção desta pesquisa, sempre apoiando e auxiliando no que lhes fosse possível.

“Não temos o direito de atuar isoladamente em nada: não podemos errar isolados, nem isolados encontrar a verdade. Mas sim, com a necessidade com que uma árvore tem seus frutos, nascem em nós nossas ideias, nossos valores, nossos sins e quês – todos relacionados e relativos uns aos outros, e testemunhas de uma vontade, uma saúde, um terreno, um sol – Se vocês gostarão desses nossos frutos? - Mas que importa isso às árvores? Que importa isso a nós, filósofos? ...” Friedrich Nietzsche

RESUMO

O trabalho apresenta uma discussão sobre as contradições do modelo capitalista de desenvolvimento fundamentado no consumo e o desenvolvimento sustentável, especialmente na perspectiva da qualidade de vida e da dignidade humana. Reflete-se sobre a difícil tarefa de promover mudanças na maneira assumida pelas sociedades contemporâneas, de enxergar a vida e a própria crise ambiental, sendo esta mera consequência do processo de degradação dos valores sociais, éticos e morais do ser humano. A transformação do indivíduo em objeto, ou peça no jogo do capitalismo, com a dupla função de produzir e consumir, afastando-o dos valores fundamentais para a vida em sociedade, adotando um estilo de vida fundamentado pelo ter, e não mais o ser. Uma das consequências desta degradação humana, como já dito, é a exploração descontrolada e desenfreada das riquezas naturais, promovendo significativos impactos no Meio Ambiente. Neste sentido o próprio ambiente é convertido em objeto de consumo e exploração, oferecendo matéria prima para a produção e consumo de bens. Em tal contexto a sustentabilidade afronta o modelo de desenvolvimento proposto pelo sistema capitalista. A mudança do modelo de desenvolvimento que se busca, requer uma mudança de postura do ser humano em relação a si mesmo e em suas relações intersubjetivas, com valores morais mínimos para a convivência humana, capaz de tornar possível uma sociedade com consciência de sua responsabilidade de que viver bem significa garantia a sustentabilidade. Buscar estas mudanças representa nadar contra uma forte corrente. A busca do desenvolvimento sustentável no âmbito ambiental requer a efetivação de valores, com justiça social. O ser humano que promove degradação ambiental com seu estilo da vida, poderá reinventar o seu modo de pensar, viver e até mesmo consumir.

Palavras-Chave: Desenvolvimento sustentável, capitalismo, moral, ética.

ABSTRACT

The paper presents a discussion of the contradictions of capitalist development model based on consumption and sustainable development, especially in view of the quality of life and human dignity. Reflected on the difficult task of promoting changes in the way assumed by contemporary societies, to see life and the very environmental crisis, which is merely a consequence of the process of degradation of the social, ethical and moral human being. The transformation of the individual object, or ask the capitalist game, with the dual function of production and consumption and away from fundamental values for life in society, adopting a reasoned lifestyle by having, and not the be. One consequence of human degradation, as I said, is the uncontrolled and unbridled exploitation of natural resources, promoting significant impacts on the environment. In this sense the environment itself is converted into an object of consumption and exploitation, providing raw material for the production and consumption of goods. In this context sustainability affront development model proposed by the capitalist system. The change of development that we are seeking a model requires a change of human attitude towards himself and their inter-relationships, with minimal moral values of human coexistence, able to make possible a society with awareness of their responsibility that living well means ensuring sustainability. Search these changes, is swimming against a strong current. The pursuit of sustainable development in the environmental context requires the realization of values, with social justice. The human being that promotes environmental degradation with their style of life, can reinvent their way of thinking, living and even consume.

Keywords: Sustainable development, capitalism, moral, ethics.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL INVIABILIZADO POR UM MUNDO GUIADO PELO PENSAMENTO CAPITALISTA	9
1.1 Breve estudo histórico do desenvolvimento do sistema capitalista.....	11
1.2 O pensamento capitalista e a conseqüente insustentabilidade do planeta .	19
2 VALORES MORAIS E NECESSIDADES HUMANAS: AS (NOVAS) CAUSAS DE UM CONSUMISMO INSUSTENTÁVEL	23
2.1 Conceitos e definições	23
2.1.1 <i>Conceitos de moral e ética</i>	23
2.1.2 <i>Natureza e meio ambiente: definições correlacionadas, mas com diferentes pontos de vista</i>	27
2.1.3 <i>A formação do conceito de desenvolvimento sustentável</i>	27
2.2 Capitalismo: a distorção da noção de felicidade e a causa insustentabilidade.....	29
2.2.1 <i>Modelos de produção insustentáveis condicionados pelo sistema econômico</i>	31
2.2.2 <i>Antropocentrismo e individualismo: causas vitais da insustentabilidade</i>	38
3 CENÁRIOS FUTUROS POSSÍVEIS: UMA MUDANÇA DE POSTURA E DE VALORES NECESSÁRIA PARA SER VIÁVEL A SUSTENTABILIDADE DO PLANETA.....	41
3.1 Catástrofe ambiental imediata ou crescente degradação ambiental: cenários insustentáveis.....	43
3.2 Mudança de postura do homem perante o planeta terra: o possível cenário de sustentabilidade.....	48
3.2.1 <i>Felicidade, sustentabilidade e desenvolvimento: conceitos a serem (re) reavaliados</i>	50
3.2.2 <i>O reencontro do ser humano com seu verdadeiro eu: a mudança de valores de vida que possibilitam um cenário sustentável</i>	54
CONCLUSÃO	57
REFERÊNCIAS.....	59

INTRODUÇÃO

O tema da crise ambiental e seus impactos está presente nos diferentes espaços de debates e conseqüentemente, a preocupação com um novo modelo de desenvolvimento que seja sustentável para o Planeta. Geralmente, ao falar-se deste tema, logo surgem ideias de ações que precisam ser feitas para o cuidado com o meio ambiente. Diminuir a poluição, o número de carros nas ruas, o lançamento de gases que causam o efeito estufa, o modelo de consumo, enfim, uma série de comportamentos que causam impactos negativos e que acabam que sendo tratados como os principais vilões da crise e, portanto, aspectos a serem mudados para mitigar os impactos e a própria destruição da Terra.

Tal quadro de problemas vai além de qualquer ação econômica dos países ou qualquer mudança de atitude da sociedade perante o Meio Ambiente. A crise ambiental não é a única causa a ser posta em questão, pois ela é consequência de uma crise de valores morais que o ser humano enfrenta, fruto de um sistema capitalista que desvirtua e mascara as necessidades pessoais e a própria ideia de felicidade e realização humana, reduzindo estas dimensões fundamentais à capacidade de consumo de cada indivíduo.

Para um modelo de desenvolvimento sustentável para o nosso Planeta, é necessária uma mudança na forma de viver do homem. Ele precisa reencontrar seus valores morais e seu verdadeiro sentimento de felicidade. Assim, entendendo-se como um indivíduo responsável pelo meio em que vive, revitalizado pelo sentimento de solidariedade e consciência social, poderá tornar seu ambiente um meio de realização pessoal e sustentabilidade. Esta, na verdade, é a sua principal tarefa, no contexto atual, como condição de sua própria existência.

1 O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL INVIABILIZADO POR UM MUNDO GUIADO PELO PENSAMENTO CAPITALISTA.

Vive-se um momento da história de nosso planeta no qual a discussão sobre o desenvolvimento sustentável tem aumentado e ganhado espaço, tanto entre os governos dos países, como nas universidades, fóruns, congressos e redes sociais.

Os diversos estudos existentes e os próprios fatos do cotidiano, como as catástrofes climáticas, por exemplo, já comprovaram de todas as formas que o meio ambiente vem sofrendo mudanças drásticas, impactando negativamente a qualidade de vida humana e o desenvolvimento com sustentabilidade. O maior motivo disso? A constante exploração, sem medidas ou cuidados que busquem manter um mínimo de sua saúde.

É notório o descaso com a vida do planeta, que deveria oferecer perspectivas e abrigar infinitas gerações, o que já é posto em discussão, visto que tamanha indiferença poderá encurtar a existência do ser humano no planeta.

Muitos biólogos acreditam que a sexta maior onda de extinção desde o princípio da Terra está ocorrendo agora, e que esta, diferentemente das outras cinco, está sendo causada pela ação humana. Cientistas atmosféricos afirmam que estamos dando origem a eventos que levarão mais de um século para se dissipar e que o resultado, quase certamente, será o clima mais quente que os humanos já experimentaram. (JAMIESON, 2010, p. 24).

O que falta entender é que o planeta Terra não vai acabar. Nossas ações vão levá-lo a um novo ciclo, uma nova era. Estamos acabando, na verdade, ou no mínimo encurtando, o tempo de vida do próprio ser humano. Esta será a grande consequência dos nossos presentes atos. Boff mostra isto afirmando que nos iludimos quando achamos que somos mais fortes que nosso planeta:

Mas não nos iludamos. Nós, seres humanos, não temos nenhuma chance de ganhar esta guerra irracional e desapiadada, pois a Terra é ilimitadamente mais poderosa que nós. De mais a mais, nós precisamos dela para viver. Ela não precisa de nós. Existiu bem antes do ser humano e pode, tranquilamente, continuar sem a nossa presença. Mas será uma perda inimaginável para o próprio universo que, nesta sua pequena porção que é o nosso planeta, nada mais se poderá, mediante o ser humano

inteligente e consciente, ver-se a si mesmo e contemplar a sua majestade. (BOFF, 2012, p. 23).

Um dos principais motivos desta exploração ambiental tão prejudicial ao planeta é o sistema econômico adotado pelo mundo, o capitalismo, no qual nada é mais importante que o ganhar mais, render mais, enriquecer mais. Assim como o ser humano foi transformado em um mero indivíduo que deve trabalhar para poder consumir, o meio ambiente se tornou a vítima de toda e qualquer exploração que possa ser rentável aos detentores do poder econômico.

Este sistema passa por cima de tudo e de todos para manter-se em pé, sobreviver às próprias crises e renovar-se ou reinventar-se, conforme sua necessidade. Desta forma, o meio ambiente tem sido uma de suas principais vítimas, já que ele é o detentor de toda a matéria prima de produção, a base que mantém o sistema em funcionamento. Boff demonstra isto, afirmando também que é preciso mudar este paradigma, caso queiramos um mínimo de sustentabilidade.

O gênio do sistema capitalista se caracteriza por sua enorme capacidade de encontrar soluções para suas crises, geralmente promovendo a destruição criativa. Ganha destruindo um sistema e ao reconstruí-lo. Mas desta vez ele encontrou um obstáculo intransponível: os limites do Planeta Terra e a escassez crescente de bens e serviços naturais. Ou encontramos outra forma de produzir e assegurar a subsistência da vida humana e da comunidade de vida (animais, florestas e os demais seres orgânicos) ou então poderemos conhecer um fenomenal fracasso que traz em seu bojo grave catástrofe social e ambiental. (BOFF, 2012, p. 19).

A decisão de render-se ao modelo econômico capitalista foi um processo que custou ao ser humano a perda ou a distorção de valores fundamentais para seu verdadeiro bem-estar. Valores estes que se referem à ética, à moral, a sentimentos e formas de viver que antes traziam um estado de felicidade e que agora são deixados de lado em prol de um consumismo descontrolado. Toda a construção do “ser” foi dominada pela ideia do “ter”.

Para entender melhor esse processo de desenvolvimento capitalista e, conseqüentemente, a transformação do ser humano em um consumidor descontrolado do planeta Terra, devemos fazer um breve estudo histórico do sistema capitalista, suas formas de atuação, ideias de possível desenvolvimento que

surgiram nos últimos séculos e o rumo que acabou tomando, chegando ao estado que hoje se encontra.

1.1 Breve estudo histórico do desenvolvimento do sistema capitalista

Após o mundo passar pelas descobertas da Pré-História, pelas pólis-gregas e Império Romano da Antiguidade, pelo Feudalismo e extremo poder da Igreja da Idade Média, após a queda de Constantinopla, marco histórico do início da Idade Moderna, um novo modelo econômico começou a tomar forma. No século XVI, com a afirmação do poder do Estado, que se tornou uma fundação absoluta, a política como propriedade natural do homem deixou de existir e fora substituída pela política como atividade constitutiva da existência coletiva.

Juntamente com esta mudança de paradigma, houve a perda do tamanho poder que a Igreja possuía, novas descobertas científicas e tecnológicas, além do desenvolvimento dos centros urbanos, o que trouxe um novo modelo econômico a ser desenvolvido. No século XVII, inclusive, já víamos um cenário totalmente diferente, com cidades em crescimento, comércios em expansão e boa parte da indústria, antes totalmente manufatureira, com setores já mecanizados.

O desenvolvimento da vida urbana, do tráfico comercial nacional e internacional, da produção manufatureira (da qual alguns setores já são mecanizados), da atividade bancária, assim como a transformação das relações sociais e as migrações populacionais concomitantes a esses movimentos, impõe a insistência presença do *econômico* nos reinos da Europa Ocidental a partir do século XVII. De imediato, a arte de bem gerir o patrimônio familiar ou a técnica para encher de ouro os cofres do rei, dos senhores e dos mercadores transformam-se em *economia política*. (CHÂTELET, 2009, p. 63).

Assim, as atividades econômicas passam a ter um papel fundamental no desenvolvimento dos estados, fazendo parte do cotidiano da sociedade, atuando com a mesma intensidade como atuam a religião, a política e os costumes da população, como afirma Châtelet em suas pesquisas:

Ora, é significativo quem quando os fundadores do saber econômico chamado de clássico definem o objeto de suas investigações, tomem como moldura dos atos econômicos (produção, circulação, consumo de bens) o território “nacional” do reino: é assim que procede Quesnay, principal cabeça da escola fisiocrática, em seu *Tableau économique de la France*

(1758), e Adam Smith, em suas *Investigações sobre a natureza e as causas das riquezas das nações* (1776). Assim, a ordem econômica – isolada por abstração – figura agora, ao lado da ordem religiosa, da ordem política, da estrutura jurídico-administrativa e militar, dos costumes e do “natural” da população (ou de suas elites), como elemento do que logo irá ser designado como *Estado Nacional* (no sentido estrito). (CHÂTELET, 2009, p. 63).

Então, esta nova ciência econômica, tomou forma e começou a desenvolver meios de resolver problemas como a pobreza da nação, partindo de uma ideia de governo baseada na natureza das coisas, concluindo que o potencial produtivo da natureza é o caminho para o desenvolvimento de uma agricultura de produção, defendendo a propriedade fundiária. Desta forma, torna-se a sociedade livre para produzir o que quiser, entendendo-se que o bem-estar do indivíduo virá através das riquezas que conquistar, o que, teoricamente, ocorreria naturalmente e em benefício de todos. Neste sentido inicia-se a ideia de felicidade e bem-estar provindas do acúmulo material.

A relação existente entre a nova ciência econômica e - que, fiel ao espírito do tempo, esforça-se por descobrir princípios explicativos universais – e a teoria política – que se empenha em definir a organização política legítima – é dupla. A escola fisiocrática testemunha claramente essa dualidade: em um primeiro nível, pragmático, ela buscou os meios de remediar a pobreza do Estado, a miséria da nação, indicando as ações que deveriam ser empreendidas; mas, em um segundo nível, a partir das leis científicas, que ela julgou descobrir, induziu a ideia do bom governo, conforme a “natureza das coisas”. Nessa óptica, os fisiocratas, concluindo, a partir de suas investigações, que somente o trabalho da terra aumenta a quantidade de bens, já que utiliza a maravilhosa “produtividade” da natureza – propõem a instituição de um reino agrícola, cuja base é a propriedade fundiária. Desse modo, poderá ser edificada uma sociedade livre, que deixe cada um empreender o que lhe for conveniente; a busca da riqueza pelos indivíduos é a garantia do bem-estar da coletividade. (CHÂTELET, 2009, p. 64).

Os fisiocratas, ainda, defendem uma convivência harmoniosa entre esta liberdade de produção e um controle da segurança da propriedade e da liberdade empresarial, este feito pelo governo:

Todavia, para que as leis da natureza e as leis da natureza humana possam funcionar harmoniosamente, é preciso que sejam garantidas a *segurança* da propriedade e a *liberdade* empresarial. Se o governo deve abster-se de intervir nas questões econômicas, tem que ser despótico quando à defesa dos bens, à livre circulação das mercadorias, à vigilância e à punição dos que pretenderem entrar o curso natural das coisas. Pois a *polícia* – outro nome para designar a ordem política – deve ser tão inflexível quanto a ordem natural. (CHÂTELET, 2009, p. 64).

Já Adam Smith apud CHÂTELET (2009, p. 64) possui ideias totalmente diferentes sobre a economia, considerando que as mercadorias que uma nação possui formam a sua riqueza. Ele considera uma mercadoria todo bem que é produzido, passível de troca ou exportação:

Adam Smith toma como ponto de partida a divisão de trabalho e a troca. Nessa óptica, a riqueza de uma nação é medida pela massa de bens que são nela produzidos, trocados e capazes de ser exportados. Um bem que pode ser trocado é uma mercadoria.

Ainda, Châtelet ressalta as ideias de Adam Smith sobre o valor da mercadoria, que provém não só de sua utilidade, mas também do investimento e da mão de obra necessários para a sua produção:

Para dar uma avaliação mais precisa, é preciso medir o que forma o *valor de uma mercadoria*. Decerto, pode-se responder que esse valor provém de sua utilidade – do seu *uso*. Mas a experiência comercial e industrial mostra que se trata, nesse caso, de um fator contingente: o que é relacionado na troca entre mercadorias é o investimento e o trabalho que foram *necessários* à produção dessas mercadorias. O *capital*, criado inicialmente pela poupança e aumentado por meio dos lucros comerciais, e o *trabalho* posto em operação num país, constituem as causas da opulência desse país, que se refere a todas as coisas da sociedade: um e outro acrescentam valor à natureza e são os fermentos do que logo após irá ser chamado de “civilização”. (CHÂTELET, 2009, p. 64).

Assim, conforme Châtelet, a atividade econômica pode ser entendida da seguinte forma, a partir da ideia do “laissez-faire” e “laissez-passer” (deixa fazer e deixa passar), a qual prevê que toda a economia se ajusta de forma lógica e independente, visto que, sem haver qualquer tipo de interferência, a sociedade investirá e produzirá naturalmente o que é necessário e benéfico para a formação de uma nação estável e forte economicamente:

Adam Smith completa essa análise – cujo poder conceitual funda a economia política como disciplina objetiva – mediante considerações que põem em evidência a autorregulação que caracteriza um tal sistema: *a lei do valor*, quando seu funcionamento não é entravado por nada, implica que o empresário (capitalista) busca as atividades benéficas à sociedade (e que elimina as produções parasitárias) e que os trabalhadores trabalham mais e melhor para melhorar suas condições. Numa tal perspectiva, o bom governo é aquele que, não intervindo de nenhum modo na ordem econômica, protege a propriedade e o capital, faz com que reine uma ordem graças à qual cada um será livre de dispor livremente de sua atividade laboriosa, garante a regularidade e a aplicação dos contratos privados e garante a força da nação a fim de que ela possa desenvolver suas capacidades comerciais. (CHÂTELET, 2009, p. 65).

Portanto, formaram-se as ideias da economia na Idade Moderna, e o Liberalismo pregado desenvolveu-se em meio à ascensão econômica dos países, já voltados para a produção, o comércio e para a formação de uma sociedade produtiva e consumista.

O século XVIII, marcado pela Revolução Francesa e pela Revolução da América do Norte, com ideias liberais, tanto culturais como as econômicas, já em formação, serviu de impulso para o liberalismo econômico. A Revolução da América do Norte, de caráter totalmente idealista, soou como um grito de liberdade na história das novas nações. Châtelet define muito bem o efeito causado pela rebelião dos colonos britânicos de 1776:

A “boa” consciência dos insurrectos de 1776, seus pontos de vista ao mesmo tempo egoisticamente utilitários e idealistas, a aliança entre as preocupações a curto prazo e o desejo de fundar uma potência de tipo novo, expansionista e segura de si, definem os contornos de uma espécie de nacionalismo institucional, que doravante será característico da República norte-americana, que, no interior, concebe a democracia, menos como expressão da vontade popular do que como um jogo devidamente controlado de instituições representativas e, no exterior, apresenta-se como detentora do segredo das liberdades. (CHÂTELET, 2009, p. 82).

A Revolução Francesa, com todos seus ideais de liberdade e igualdade, fortaleceu a unidade da Nação. Os movimentos sociais e a própria luta de classes formada durante o movimento tiveram como resultado um modelo de sociedade extremamente nacionalista e liberal. O Estado-Nação estava extremamente fortalecido, e isto foi base para a expansão nacional e o imperialismo, estes moldados por doutrinas como o liberalismo político e a democracia liberal.

O liberalismo político, no século XIX, é a filosofia dominante do Estado-Nação. Temos assim um Estado liberal, que busca resolver principalmente a “questão política entendida essencialmente como o problema das relações entre o indivíduo e o estado” (CHÂTELET, 2009, p. 98). O indivíduo precisa de proteção, tanto contra o Estado como contra as massas.

Há duas soluções estudadas, conforme Châtelet: a versão mais otimista, baseada nas ideias de Benjamin Constant, considera “que a aplicação de certas

“receitas” institucionais pode subtrair o indivíduo do nepotismo, enfraquecendo a autoridade do Estado e impedindo o advento da democracia de massa” (CHÂTELET, 2009, p. 98). É uma solução visivelmente mais pessimista, que vê “o advento democrático como inelutável e tenta preconizar métodos destinados a não impedir, mas a evitar o excesso de despotismo que um tal advento corre o risco de promover” (CHÂTELET, 2009, p. 98). Percebe-se, portanto, a necessidade de livrar o indivíduo do controle e da intervenção estatal. Para tal, é necessário garantir sua liberdade ou, ao menos, amenizar esta intervenção em sua vida.

Benjamin Constant apud CHÂTELET (2009, p. 100) fala sobre o poder da individualidade frente o poder estatal, sendo este enfraquecido por aquele:

Os progressos da civilização, as mudanças operadas pelos séculos, impõem à autoridade um respeito cada vez maior pelos hábitos, pelas afeições, pela independência dos indivíduos. Ela deve pôr sobre todos esses objetos uma mão mais prudente e mais leve.

Alexis Tocqueville apud CHÂTELET (2009, p. 103) reconhece o poder da democracia. Esta que, conseqüentemente, traz a soberania popular e o desenvolvimento do individualismo e do liberalismo.

Uma grande revolução democrática se opera entre nós; todos a veem, mas nem todos julgam do mesmo modo. Uns a consideram como coisa nova e a tomam por um acidente; têm esperança de poder ainda detê-la. Já outros a consideram irresistível, porque ela lhes parece ser o fato mais contínuo, mais antigo e mais permanente que se conhece na história.

Porém, o mesmo Alexis Tocqueville apud CHÂTELET (2009, p. 107) ao afirmar que “eles haviam querido ser livres para poderem se fazer iguais; e, à medida que a igualdade se estabelecia melhor com a ajuda da liberdade, tornava-lhes a liberdade mais difícil”, mostra que a evolução do poder do povo através da democracia, conseqüentemente, faz com que o despotismo dos governos também aumente. Na verdade, ele prevê esse dilema histórico a ser vivido pelo indivíduo.

Assim, as ideias do liberalismo avançaram e com elas, os problemas desta nova forma econômica. A desigualdade social aparece como um grande desafio e a questão econômica torna-se extremamente dependente de decisões políticas.

O fortalecimento do Estado-Nação ao longo do século XIX não levanta apenas questões de ordem institucional e governamental. Ao mesmo tempo em que se afirmava essa forma política, que implica como princípio a separação em diferentes graus) entre as instâncias, suscitando projetos que vão ao ponto de contestar a utilidade (ou a necessidade) do Estado. Em outras palavras: a questão social – a questão da justiça distributiva, da repartição das riquezas e, por conseguinte, de sua produção) – tornou-se cada vez mais diretamente uma questão política. (CHÂTELET, 2009, p. 108).

Porém, não bastava o Estado apenas permitir liberdade econômica. A relação entre a economia e a política tornava-se cada vez mais complexa. Novas classes se formaram e novas relações pessoais, sociais e econômicas, conseqüentemente:

Constituiu-se uma nova elite; as relações sociais se modificaram no ritmo que se estendiam a indústria e a trocas comerciais; uma numerosa classe social – o proletariado urbano – se formou, vivendo em condições frequentemente miseráveis, sofrendo a arregimentação das fábricas, tornando-se cada vez mais consciente da exploração de que é vítima e, por conseguinte, grávida das revoltas que põem em questão a paz civil. (CHÂTELET, 2009, p. 108).

Desta forma foi o desenvolvimento inicial de todo o ideal econômico liberal, base para toda a ideia capitalista. Diversas teorias, seja para o desenvolvimento, seja para a solução de problemas como o da desigualdade, ou ainda, interpretações buscando esclarecer a forma como o mundo passou a se desenvolver foram apresentadas. Todas mostrando como o Capitalismo desenvolveu-se em meio a ideias de exploração de mão de obra, da produção para o consumo, tornando a população mera peça de uma engrenagem montada para a formação e acúmulo de riquezas, esta para poucos, enquanto que o trabalho e a pobreza para muitos.

É exemplo destas teorias o utilitarismo, baseado no desenvolvimento da ciência:

O progresso é a lei da história da humanidade; essa, por adquirir mais conhecimentos e aperfeiçoar seus meios técnicos, adquire também mais riquezas e serenidade e, por conseguinte, maior felicidade e segurança. A felicidade e a segurança devidas à extensão das “luzes” – noções descobertas pelo século XVIII, com muita hesitação e dúvida – irão se tornar lugares-comuns no século seguinte. A crença na eficácia das ciências da natureza e de uma possível ciência da sociedade reforça tais ideias e lhes oferece legitimação. (CHÂTELET, 2009, p. 109).

Este mesmo utilitarismo traz as perspectivas ligadas ao desenvolvimento industrial e ideias sobre a concepção de felicidade coletiva, esta que é formada pela soma das felicidades individuais e que são tidas como resultado do atendimento das necessidades dos indivíduos, conforme nos diz Bentham apud CHÂTELET (2009, p. 110):

Sua famosa invenção do domínio da moral é o cálculo dos prazeres: a oportunidade de um ato é função de uma apreciação quantitativa que ponha no lado positivo o grau de intensidade do prazer que deve resultar do mesmo e, do lado negativo, o desprazer. Essa apreciação é evidentemente o produto de um sujeito que imagina, em função de sua experiência, os afetos que vai receber. Todavia, no interior dessa aritmética subjetiva, introduz-se a dimensão social. O indivíduo, social por natureza, deve igualmente levar em conta um coeficiente de sociabilidade. Assim, por aproximação, institui-se uma concepção de felicidade coletiva fundada na integração das felicidades individuais, compreendidas como satisfação das necessidades.

Outro exemplo é a dogmática evolucionista, defensora da indústria, da livre empresa e da iniciativa privada, criada por Herbert Spencer e esclarecida por Châtelet, a qual acredita que o estado possui apenas funções administrativas e que ele não deve intervir em momento algum na economia:

Apologista da indústria, Spencer é também o defensor do liberalismo mais puro: enquanto a intervenção do Estado se intensifica no curso da era vitoriana, no mesmo ritmo do crescimento do Império, Spencer toma vigorosamente posição em favor da livre-empresa e da iniciativa privada, denuncia a tendência do poder a legiferar a respeito de tudo e argumenta em favor da ideia de que o governo não deve ter outras prerrogativas além das administrativas. (CHÂTELET, 2009, p. 115).

Ainda, mesmo não cabendo aqui um estudo aprofundado do Marxismo, de Marx e Engels, tal teoria nos apresenta diversas definições do sistema capitalista, fundamentais para o nosso entendimento e objetivos com a pesquisa. Châtelet cita uma parte da obra O Manifesto, dos autores já citados, com uma ótima conceituação sobre o capitalismo, definindo como uma luta de classes, um direto enfrentamento entre burgueses e proletários:

O capitalismo é o primeiro modo de produção a ter provocado uma simplificação da luta de classes: nele, burgueses e proletários se enfrentam diretamente, cnicamente. A uma exploração científica, corresponde uma classe que toma cada vez mais consciência da causa de sua miséria e do objetivo a que deve visar sua potência: a abolição da sociedade de classe. A burguesia capitalista, que foi sujeito da história e classe revolucionária,

criou seu próprio coveiro: o proletariado operário, força avançada de todos os explorados, pequenos camponeses, assalariados de todos os tipos, que é a classe radical, sujeito comum, que põe fim à história, já que não pode “se emancipar a humanidade inteira”. (CHÂTELET, 2009, p. 122).

Entendeu-se também o valor da mercadoria, que antes da oferta e procura, é preciso fazer referência à atividade do trabalhador incorporada a esta mercadoria, além de compreender que o trabalho do operário anônimo também é uma mercadoria, uma realidade que se compra e seu valor é medido pela quantidade de meios de subsistência necessários à manutenção do trabalhador.

Assim pode-se compreender completamente o conjunto que forma o sistema capitalista:

O proprietário, tendo utilizado seus capitais para extrair da natureza matérias-primas e tendo construído uma fábrica onde funcionam as máquinas, paga ao trabalhador o justo preço de seu trabalho, conjunto de operações graças às quais ele põe no mercado bens proveitosos a todos, inclusive aos trabalhadores, e retira da venda desses bens um lucro que, de certo modo, é a recompensa por seu ato empresarial e pelos riscos que ele implica” (CHÂTELET, 2009, p. 124).

Esta definição do sistema capitalista, é, sem dúvida, a mais adequada para o modelo econômico que ele se transformou, cabendo esta definição, inclusive, para os dias de hoje. Foi em meio a esta ideia de exploração da natureza, da exploração humana, do individualismo e da produção para o extremo consumo, visando o acúmulo de capital para quem detêm o poder, que criamos o nosso sistema econômico capitalista, que vivemos e desenvolvemos constantemente, sem termos controle sobre ele, tornando-nos, efetivamente, meras peças de formação de riqueza.

A História nos mostra a evolução deste sistema e o domínio que ele possui sobre o próprio Estado. Hoje o que vemos é a evolução de uma classe burguesa, que detém o poder de todo o mundo, inclusive sobre os governos dos países. Esta classe burguesa está transformada em empresas multinacionais, que exploram os trabalhadores, utilizando sua mão de obra e os tornando dependentes dos próprios produtos que ajudam a construir.

A ideia de consumismo está impregnada no pensamento de toda e qualquer classe social e a falsa ideia de possibilidade de igualdade que a pseudoliberalidade que o sistema capitalista traz mantém todos escravos deste modelo de extremo consumo, produção e, conseqüentemente, exploração indevida e descontrolada das matérias primas que o planeta tem a oferecer.

1.2 O pensamento capitalista e a conseqüente insustentabilidade do planeta

Então, voltamos ao que foi explicitado no início do capítulo, sobre um modelo econômico totalmente inviável para a sua própria sustentabilidade, muito menos para a sustentabilidade da sua fonte de matéria prima, o planeta Terra. Vejamos que em momento algum da história o ambiente, a natureza ou sua continuidade foram discutidos. Todo o modelo foi pensado e analisado de maneira egoísta e antropocêntrica, buscando apenas o bem-estar das pessoas. Até as mais severas críticas apenas mostravam a desigualdade social entre as classes, mas jamais o comportamento extremamente egoísta que o homem teve em relação à sua própria casa, ou ainda, falando em termos econômicos, à sua maior fonte de riqueza, o planeta.

Eis que com o passar dos anos, este mesmo homem foi descobrindo e sentindo os resultados que sua exploração irracional de matérias primas trouxe. Mudanças climáticas, desastres ecológicos e as demais “respostas” que a natureza começou a apresentar levaram este homem explorador a ficar curioso e pensar se estava realmente agindo corretamente.

Porém, o que vivemos hoje é algo já muito avançado em termos de consumo e deterioração do planeta Terra. O homem criou uma sociedade burra, fútil e extremamente consumista. O homem explorou e explora o planeta mergulhado neste mesmo pensamento, com o qual não consegue controlar seus próprios atos, e mesmo vendo o mal que faz a si próprio, continua a fazê-lo. Perdemos nossos valores morais e intelectuais. Aceitamos a condição de meros consumidores, dispostos a tudo para saciar nossos desejos materiais. Extrapolamos há muito tempo o limite de consumo de nosso planeta. Como Boff afirma, estamos há muito tempo no cheque especial:

Devemos dar especial atenção à chamada *Pegada ecológica da Terra*, quer dizer: quanto de solo, de nutrientes, de água, de florestas[...] o planeta precisa para repor aquilo que lhe foi tirado para o consumo humano. [...] em 1961 precisávamos de apenas 63% da Terra para atender as demandas humanas. Em 1975 já necessitávamos de 97% da Terra. Em 1980 exigíamos 100,6% de Terra, portanto, precisamos mais de uma Terra. Em 2005 já atingíamos a cifra de 145% da Terra. Quer dizer, uma Terra e meia para estar à altura do consumo geral da humanidade. Em 2011 nos aproximamos a 170% da Terra. [...] A seguir este ritmo, no ano de 2030 precisaremos de pelo menos três planetas Terra iguais a este que temos. [...] a Terra já entrou, há bastante tempo, no cheque especial. Encontra-se no vermelho. Ela precisa de mais de um ano e meio para repor o que nós lhe subtraímos durante um ano. Em outras palavras, a Terra não é mais sustentável. (BOFF, 2012, p. 25).

O sistema capitalista é bem claro quando nos manda consumir o máximo possível. Nós somos também muito claros quando aceitamos esta condição, vendo ela praticamente que como uma condição de sobrevivência. A noção de felicidade, já vista anteriormente pelo sentimento de afeto, conquistas pessoais, evoluções intelectuais ou qualquer outra forma de valorização do ser, foi substituída pelo materialismo, pelo consumismo. Somos felizes à medida que mais temos condições de obter bens materiais.

Somos fantoches de um teatro muito bem armado, educados pela mídia para nos tornarmos meros operários fornecedores de mão de obra e ao mesmo tempo consumidores insaciáveis. A lógica é perfeita: quanto mais eu preciso consumir, mais dinheiro eu preciso ter. Quanto mais eu trabalhar, mais dinheiro eu vou ganhar, para mais poder consumir.

É incrível como tantos outros valores são deixados de lado em troca de apenas um: o valor material. O “ser”, que possui um sentido tão amplo, que transmite a infinidade que o homem carrega em sua intimidade, é simplesmente trocado pelo “ter”. Este ter, inclusive, carrega um significado individualista, do “eu ter”, que deixa de lado a solidariedade e o bem-estar da sociedade como um todo.

O geógrafo Milton Santos, ao fazer uma análise do fenômeno da globalização como ferramenta de expansão do sistema capitalista, expressa muito bem o sentido de vida que valorizamos hoje, baseado na individualidade, esta que é um dos alicerces do capitalismo:

A globalização mata a noção de solidariedade - construída ao longo da história humana - e devolve ao homem à condição primitiva de cada um por si e, como se voltássemos a ser animais da selva, reduz as noções de moralidade pública e particular a um quase nada. (SANTOS, 2001, p. 65).

Esse consumismo exacerbado também é apontado e criticado por Bauman, em sua obra “Capitalismo Parasitário”:

Podemos dizer que, em sua fase líquido-moderna, a cultura é feita na medida da liberdade de escolha individual (voluntária ou imposta como obrigação). É destinada a servir às exigências desta liberdade. A garantir que a escolha continue a ser inevitável: uma necessidade de vida e um dever. A assegurar que a responsabilidade, companheira inseparável da livre escolha, permaneça lá onde a condição líquido-moderna a colocou: a cargo do indivíduo, apontado hoje como único administrador da “política da vida”. A cultura de hoje é feita de ofertas, não de normas. Como observou Pierre Bourdieu, a cultura vive de sedução, não de regulamentação; de relações públicas, não de controle policial; da criação de novas necessidades/desejos/exigências, não de coerção. Esta nossa sociedade é uma sociedade de consumidores. E, como o resto do mundo visto e vivido pelos consumidores, a cultura também se transforma num armazém de produtos destinados ao consumo, cada qual concorrendo com os outros para conquistar a atenção inconstante/errante dos potenciais consumidores, na esperança de atraí-la e conservá-la por pouco mais de um breve segundo. (BAUMAN, 2010, p. 15).

No momento em que se pode afirmar que até a cultura se transformou em um produto, percebe-se como estão distorcidos os valores do ser humano e como o capitalismo desvirtuou a construção de uma moralidade capaz de alocar o homem na condição de elemento cooperador no desenvolvimento e na prosperidade do planeta Terra. Hoje temos uma sociedade que está disposta a consumir o seu próprio planeta em função da sua cega busca pela satisfação material.

O ex-presidente uruguaio, José Pepe Mujica (2012), acerca do desenvolvimento sustentável, no evento Rio+20, no ano de 2012, apresentou a perda de valores do ser humano como a verdadeira causa da crise ambiental:

A sociedade consumista trabalha para atender a seus desejos capitalistas e que perdeu valores fundamentais de vida. A crise da água, por exemplo, e agressão ao meio ambiente não são a causa de toda a má situação ambiental do planeta. A causa é o modelo de civilização que construímos (MUJICA, 2012).

As palavras de Mujica são a essência do que o capitalismo fez com a humanidade. Perdemos os valores de vida, perdemos o sentimento de humanidade existente na raiz fundamental do homem. A cegueira causada pelo consumismo nos transformou em robôs, marionetes de um sistema viciado que deixa todos alienados.

O Ser Humano está perdido em uma vida consumista, baseada na conquista de bens materiais, esquecendo valores morais e pessoais que deveriam ser a verdadeira medida de seu bem-estar. Esta situação é fruto de um sistema voltado para a exploração em prol do consumo, o capitalismo.

O nosso planeta transformou-se em mera matéria prima para atender estes anseios materiais e, ao ser explorado insaciavelmente, longe de um olhar sustentável, está inviabilizando a continuidade da vida do homem nele. Seguindo esta direção, a Terra continuará aqui, em outra fase de sua existência, porém o homem não estará mais habitando ele, consequência da irresponsabilidade que teve com sua própria casa.

Assim, conclui-se que crise ambiental acaba sendo mais uma das péssimas consequências desta involução moral do homem. Não podemos falar de uma crise ambiental isoladamente, muito menos justificá-la sem antes entender a crise moral que o maior explorador do planeta Terra vive. Somente um redirecionamento na maneira de viver e da definição do que é bem-estar, seja ele individual ou social é que pode impedir o encurtamento do período de vida da espécie humana e de muitas outras espécies na Terra.

2 VALORES MORAIS E NECESSIDADES HUMANAS: AS (NOVAS) CAUSAS DE UM CONSUMISTO INSUSTENTÁVEL

Após entender a atual situação do planeta, sua degradação e os possíveis motivos para que o homem tenha chegado a este estado crítico de convivência com a Terra, através da criação desta insaciável necessidade de consumo, veremos alguns conceitos e definições de termos relacionados à nossa discussão.

Ainda, aprofundaremos o estudo sobre o atual e futuro estado de insustentabilidade do planeta, os motivos dele e os exemplos que comprovam sua existência, contrapostos com possibilidades de uma melhor forma de exploração dos recursos naturais que a Terra nos oferece.

2.1 Conceitos e definições

Para discutirmos a perda de valores e as possíveis mudanças que deveriam ocorrer, buscando uma nova postura do ser humano, é preciso entender melhor termos como moral e ética. Também compreender o capitalismo e sua influência em nossas vidas. Ainda, é necessário buscarmos definições sobre meio ambiente e natureza. Então poderemos encontrar de uma forma mais eficiente os pontos de mudança necessários para a busca de um desenvolvimento sustentável, este fundamental para o prolongamento da vida do ser humano no planeta Terra.

2.1.1 Conceitos de moral e ética

Buscar um conceito definitivo sobre moral é algo impossível. É um termo totalmente relativo, amplo, mas que merece ser interpretado com coerência e adequação aos contextos nos quais se estabelecem as discussões.

O filósofo alemão, Friedrich Nietzsche, por exemplo, questiona a possibilidade de a moral ter sido criada para frear o homem, possuindo um caráter regressivo, pois o inibe de seguir seus mais puros instintos. Normas, regras, costumes, conceitos do que é bom ou ruim, do que é certo ou errado, teriam sido criados e

convenientemente modificados no decorrer da história, sempre beneficiando os interesses de quem detinha o poder. É claro! O mais forte sempre influenciou o mais fraco! Seja o poder econômico, seja o poder do saber, seja o poder da força. Sempre, e até hoje, a persuasão de quem se impõem vem de quem tem o poder e se sobressair ao outro. Este seguirá o que aquele determinar.

E se no “bom” houvesse um sintoma regressivo, como um perigo, uma sedução, um veneno, um narcótico, mediante o qual o presente vivesse como que às expensas do futuro? Talvez de maneira mais cômoda, menos perigosa, mas também num estilo menor, mais baixo? ... de modo que precisamente a moral seria culpada de que jamais se alcançasse o supremo brilho e potência do tipo homem? De modo que precisamente a moral seria o perigo entre os perigos? (NIETZSCHE, 2010, p. 12).

Schopenhauer, em sua obra “As Dores do Mundo”, com um olhar menos crítico e mais intimista, afirma que a moral do indivíduo é fundamentada pelo seu sentimento de piedade: “a piedade, único fundamento da moral, nasce do sentimento da identidade de todos os homens e todos os seres, e deve estender-se aos animais” (SCHOPENHAUER, Arthur, 2014, p. 109). Ainda, fala sobre a piedade em relação a todos os seres vivos:

Uma piedade sem limites com todos os seres vivos é o penhor mais firme e seguro do procedimento moral; isto não exige nenhuma casuística. Pode-se ter certeza de que aquele que a possui nunca ofenderá ninguém, nem lhe causará dano nos seus direitos ou na sua pessoa; pelo contrário, será indulgente para com todos, perdoará a todos prestará socorro ao seu semelhante na medida das suas forças, e todos seus atos terá cunho da justiça e do amor pelo próximo. (SCHOPENHAUER, 2014, p. 111).

Também é possível uma definição vista com um caráter de imposição, como a de Dale Jamieson:

Moralidade significa, principalmente, obedecer às regras promulgadas por pais ou outras autoridades, não importa quão sem sentido ou quão estúpidas possam ser. A própria linguagem da moralidade tem aparência de absolutista ou dogmática. Na melhor das hipóteses, carrega o mofo de um velho sótão; na pior, é perigosa. (JAMIESON, 2010, p. 53).

O mesmo autor busca uma definição mais ampla e voltada para o convívio social:

É um sistema comportamental, com um certo tom apaziguador, que evolui entre determinados animais sociais com o propósito de regular suas interações. Tais sistemas são característicos de animais sociais vivendo sob certas condições, tais como escassez, porque, nessas circunstâncias, cada um agir apenas por si e para si pode ocorrer um desastre para todo mundo. (JAMIESON, 2010, p. 54).

Podemos compreender que, ao mesmo tempo que Nietzsche consegue dar um viés negativo à moral, como uma regulação do comportamento humano a fim de freá-lo em sua evolução, ou Jamieson sintetiza negativamente o termo em simplesmente a obedecer a regras, Schopenhauer consegue nos mostrar um lado totalmente intimista, puro e único de cada indivíduo, revelando uma moral livre de influências ou imposições, que pode ir de encontro com a segunda definição que Jamieson apresenta, esta buscando o bem comum e o equilíbrio nas relações sociais.

É esta construção de moral que o ser humano vem deixando de lado ao longo da história, perdendo-se em meio ao seu consumismo, em meio a um individualismo extremo criado pelo sistema econômico ao qual sucumbiu. É esta visão de moral que precisamos enxergar e buscar resgatar para redirecionar nossa forma de compreender a vida no Planeta Terra.

Da mesma forma que é impossível encontrar uma conceituação definitiva para a moral, discutir sobre ética nos abre um leque de definições. A ética pode ser vista como um ramo da filosofia que trata das questões dos preceitos relacionados aos valores morais e à condição humana, um conjunto de princípios e normas para o bom comportamento moral. Os termos se confundem, mas podemos afirmar que a ética é o estudo da moral. Jamieson, indo de encontro a esta afirmação, a divide em dois campos:

A teoria ética é convencionalmente dividida em dois grandes campos: metaética e ética normativa. A metaética ocupa-se do significado e do status da linguagem moral. A ética normativa se divide entre teoria moral e

ética aplicada ou prática. A teoria moral se preocupa em saber que tipo de coisas são boas, que atos são certos e quais as relações entre o certo e o bom. A ética prática está interessada no exame de coisas particulares como sendo boas e más, e de diversos atos, práticas ou instituições como sendo certas ou erradas. (JAMIESON, 2010, p. 81).

A ética também pode ser relacionada à busca de uma excelência moral, entendendo que tanto a falta, como o excesso em nossos atos podem ser considerados erros, vendo, assim, como certo, um meio termo em tudo que fazemos. No Livro II da *Ética a Nicômacos*, de Aristóteles, há um trecho que expressa, de maneira exímia, o intuito, o propósito, o objeto e o sujeito do estudo da ética:

“Estou falando da excelência moral, pois é esta que se relaciona com as emoções e ações, e nestas há excesso, falta e meio termo. Por exemplo, pode-se sentir medo, confiança, desejos, cólera, piedade, e, de um modo geral, prazer e sofrimento, demais ou muito pouco, e, em ambos os casos, isto não é bom: mas experimentar estes sentimentos no momento certo, em relação aos objetos certos e às pessoas certas, e de maneira certa, é o meio termo e o melhor, e isto é característico da excelência. Há também, da mesma forma, excesso, falta e meio termo em relação às ações. Ora, a excelência moral se relaciona com as emoções e as ações, nas quais o excesso é uma forma de erro, tanto quanto a falta, enquanto o meio termo é louvado como um acerto; ser louvado e estar certo são características da excelência moral. A excelência moral, portanto, é algo como equidistância, pois, como já vimos, seu alvo é o meio termo. Ademais é possível errar de várias maneiras, ao passo que só é possível acertar de uma maneira (também por esta razão é fácil errar e difícil acertar – fácil errar o alvo, e difícil acertar nele); também é por isto que o excesso e a falta são características da deficiência moral, e o meio termo é uma característica da excelência moral, pois a bondade é uma só, mas a maldade é múltipla” (ARISTÓTELES, 2001, p.42)

Assim, podemos compreender que a partir da ética, ou seja, do estudo da moral, chegamos a definições sobre o que é certo e o que é errado, sobre o que é bom ou ruim, sobre o que é prejudicial ou facilitador para o bom convívio social entre os seres. São definições totalmente relativas, que precisam considerar contextos históricos, culturais e sociais. Isto nos faz compreender que os próprios valores morais podem ser específicos na maioria dos casos. Nosso objetivo aqui é encontrar os valores morais perdidos que vêm prejudicando a convivência do homem com o meio ambiente. São valores morais comuns e de um âmbito geral, às vezes muito claros, porém que estão encontrando uma enorme dificuldade em prevalecer perante os valores pífios do consumismo capitalista.

2.1.2 Natureza e meio ambiente: definições correlacionadas, mas com diferentes pontos de vista

Termos que também são muitas vezes confundidos, que possuem definições diferentes, mas também, obviamente, uma enorme relação entre si, natureza e meio ambiente, precisam ser discutidos e diferenciados.

Embora o meio ambiente compreenda um espaço bastante amplo, ambientalistas contemporâneos estão particularmente em proteger a natureza. Com frequência, as ideias da natureza e meio ambiente são tratadas como se fossem equivalentes, contudo elas possuem histórias e origens distintas. O Dicionário de Inglês Oxford define “meio ambiente (environment)” como sendo “os objetos ou a região ao redor de qualquer coisa”, e atribui sua origem a um termo do francês antigo, “environner”, que significa “circundar”. A palavra “natureza” tem raízes muito mais profundas, tendo vindo até nós do latim, *natura*. Apesar das discussões sobre meio ambiente terem ocorrido, na maior parte, no século XX e neste, os debates acerca do significado e da importância da natureza são tão antigos quanto à filosofia. (JAMIESON, 2010, p. 18).

Meio ambiente, como podemos ver, acaba por ser um termo muito mais relativo à cada situação. A minha casa, em determinada circunstância, é o meu meio ambiente. Porém, em um sentido mais amplo, o planeta Terra também é o meio ambiente no qual vivo. A natureza apresenta uma ideia de totalidade, pode ser definida como o conjunto de todos os seres que constituem o universo, o mundo físico, tudo que existe.

Portanto, ao ver a Terra como nosso meio ambiente e buscarmos ações para evitar a sua degradação, estamos protegendo a parte da natureza que mais nos interessa e da qual mais precisamos para sobreviver. É neste ponto de vista que estamos falhando, não preservando nosso maior e mais importante ambiente de convivência, nossa casa maior, a Terra.

2.1.3 A formação do conceito de desenvolvimento sustentável

No início da década de oitenta, iniciaram-se discussões sobre a necessidade de ações a fim de proteger o meio ambiente global, visando um bem-estar e a manutenção de nossas futuras gerações.

Em 1983, a Assembleia Geral da ONU criou a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, tendo como objetivos propor estratégias ambientais de longo prazo para atingir desenvolvimento sustentável pelo ano 2000, recomendando modos pelos quais a preocupação com o meio ambiente ocorresse de maneira cooperada entre diversos países, de diversas situações econômicas e sociais.

Desta assembleia surgiu um conceito para desenvolvimento sustentável, publicado em 1987 no livro *Our Common Future*, definindo-o como “conhecer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de conhecer as suas próprias”.

Porém, o conceito de sustentabilidade já existia há muito tempo, e surgiu a partir da silvicultura, com o remanejamento de florestas. Até o início da Idade Moderna, a madeira era matéria prima principal para construção de casas e aparelhos agrícolas, servia de combustível para cozinhar e aquecer as casas e até mesmo para a fundição de metais. O uso foi tão intensivo que as florestas começaram a escassear. Na Alemanha, onde havia muitos fornos de mineração, que necessitavam de muito carvão vegetal, as florestas passaram a ser abatidas com muita voracidade. Com este fato, o Capitão Hans Carl von Carlowitz, percebendo que em breve não haveria mais madeira, escreveu, em latim, língua científica utilizada na época, sobre a sustentabilidade, entendendo que as árvores deveriam ser cortadas respeitando a capacidade de recuperação das florestas, o que gerou a ideia de replantio, ou seja, a prática da silvicultura, conforme cita Boff:

Carlowitz propunha enfaticamente o uso sustentável da madeira. Seu lema era: “devemos tratar a madeira com cuidado (man muss mit dem Holz pfleglich umgehen), caso contrário acabar-se-á o negócio e cessará o lucro. Mais diretamente: “cortar somente aquele tanto de lenha que a floresta pode suportar e que permite a continuidade de seu crescimento”. A partir desta consciência os poderes locais começaram a incentivar o replantio das árvores nas regiões desflorestadas. (BOFF, 2012, p. 33).

Vê-se, portanto, que a preocupação e o pensamento sobre desenvolvimento sustentável são mais antigos do que imaginamos. A sustentabilidade, na verdade,

existiu já no início da reação do homem com a Terra, na Pré-História, quando o homem apenas coletava e caçava para sua sobrevivência.

No decorrer dos séculos, este mesmo homem corrompeu a sustentabilidade e, ao perceber isto, passou a dar importância para ela, claro que em proporções muito menores se compararmos à sua postura de indiferença. Por isto, as exceções, como Carlowitz, precisam ser valorizadas e tomadas como exemplo para uma nova forma de ver a relação do homem com o planeta.

Esta nova forma entendemos como a busca por uma forma de vida que permita a sociedade consumir atendendo suas necessidades sem comprometer a possibilidade de atendimento das necessidades de suas futuras gerações.

2.2 Capitalismo: a distorção da noção de felicidade e a causa insustentabilidade

A partir destas definições, precisamos encontrar o estado em que se encontra a relação moral e ética do ser humano com o meio ambiente que vive, isto é, sua relação com a natureza. Como que esta crise de valores e noção distorcida de felicidade que o homem enfrenta afeta a natureza e prejudica a sustentabilidade do planeta e, conseqüentemente, a viabilidade de permanência do ser humano nele.

O modelo econômico capitalista, estudado no capítulo anterior, criado e sustentado pelo próprio ser humano, é a chave que desencadeia todo este processo degenerativo moral, que acarreta na crise ambiental hoje existente. O mundo transformou-se em um imenso garimpo, conforme afirma Lutzenberger:

A moderna sociedade industrial, pelo modo como hoje se comporta, está transformando o mundo em um imenso garimpo. O chamado primeiro mundo, aliado às classes dominantes e abastadas do terceiro mundo, vive um estilo de vida hedonístico, de consumo descomedido, apoiado em colossal e irreversível esbanjamento de recursos finitos. Enquanto durar essa orgia, a outra parte da humanidade, a maioria, forçosamente terá que tornar-se sempre mais pobre, pois a exploração sem limites em toda a parte destrói habitats, estilos e meios de vida. (LUTZENBERGER, 2012, p. 16).

Mas o que levou o ser humano a tornar-se tão dependente deste consumismo? Por que o homem tornou a satisfação material tão essencial para sua felicidade? É da natureza do ser humano criar necessidades. Ele possui uma característica de insatisfação constante. Segundo Marx, existem três pressupostos para a existência humana: a produção de meios que permitem satisfazer as necessidades básicas – de comer, beber, vestir-se, morar; a criação de novas necessidades, após saciar as básicas; e a sua reprodução, relação entre homem, mulher e filhos, a família:

Somos obrigados a começar pela constatação de um primeiro pressuposto de toda a existência humana, e, portanto, de toda a história, ou seja, o de que todos os homens devem ter condições de viver para poder “fazer história”. Mas, para viver, é preciso antes de tudo beber, comer, morar, vestir-se e outras coisas mais. O primeiro fato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitem satisfazer essas necessidades, a produção da própria vida material [...]. O segundo ponto a examinar é que uma vez satisfeita a primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento já adquirido com essa satisfação levam a novas necessidades – e essa produção de novas necessidades é o primeiro ato histórico [...]. A terceira relação, que intervém no desenvolvimento histórico, é que os homens, que renovam a cada dia sua própria vida, passam a criar outros homens, a se reproduzir. É a relação entre homem e mulher, pais e filhos, é a família. (MARX, 2007, p. 21).

Observa-se que o ponto no qual precisamos nos prender é o segundo citado por Marx, o da criação de novas necessidades, pois foi este o momento em que o homem começou a desvirtuar-se e criar necessidades distantes de um crescimento racional e espiritual. As novas necessidades que o homem passou a criar são voltadas totalmente para o materialismo, buscando sua satisfação e felicidade no momento em que consome. Assim, com seu pensamento moldado pelas ideias capitalistas, passou a consumir seu próprio habitat de maneira irracional, criando a atual situação de insustentabilidade.

Portanto, o modelo capitalista desvirtuou toda a construção de necessidades do ser humano. Sua proposta de individualidade, inclusive, prejudica a terceira relação, da família, que, caso cercada por valores e necessidades intelectuais e afetivas, serviria de base para a construção de uma história muito diferente. Um ser humano livre de tantas necessidades materiais não seria uma ameaça à sustentabilidade do planeta, garantindo sua noção de felicidade e necessidades de

uma forma harmônica com seu habitat e, conseqüentemente, estendendo nele sua permanência, pois atenderia às necessidades do homem de maneira sustentável.

De qualquer modo, o cenário que encontramos hoje é muito distante do ideal. Fato é que o consumismo implantado pelo sistema capitalista prevalece e esta forma de atuar do ser humano nos leva a diversas situações preocupantes no que se refere à insustentabilidade do planeta caso este cenário de crise ambiental continue. Crise ambiental, esta, que se dá justamente pelo crescimento econômico que vimos ocorrer.

Conforme afirma Estenssoro Saavedra:

Com a ideia de crise ambiental quer-se expressar o fenômeno paradoxal que foi o crescimento econômico em si, pelo elevado nível de desenvolvimento e padrão de vida alcançado pela civilização industrial, em que o Primeiro Mundo é o exemplo emblemático, que gerou problemas de caráter ecológico e ambiental de tão grande magnitude que, pela primeira vez na História colocou-se em risco a continuidade da vida humana na Terra, bem como o processo de vida do próprio planeta. (ESTENSSORO SAAVEDRA, 2014, p. 25).

Alcançou-se um cenário intrigante, no qual o ser humano avançou tecnologicamente e economicamente, possibilitando o acesso a um padrão de vida e conforto extremamente elevados. Porém, ainda não foi possível encontrar equilíbrio, nem na possibilidade de todos os indivíduos terem contato com este padrão, muito menos na relação de consumo entre homem e natureza, gerando esta situação de extrema desigualdade social e desgaste do Planeta Terra.

2.2.1 Modelos de produção insustentáveis condicionados pelo sistema econômico

A insustentabilidade pode ser comprovada através de várias circunstâncias. A produção de alimentos, por exemplo, ainda relativa às necessidades básicas do ser humano, provinda em sua grande maioria da agricultura, teve uma radical mudança de logística com o passar dos anos. A alta tecnologia incrementada, voltada para o crescimento econômico, mascara todo o processo de produção, dando uma ideia de

economia de mão-de-obra, inclusive, quando na verdade o que muda, apenas, são os valores e os meios de produção envolvidos.

Lutzenberger nos mostra que vivemos uma nova forma de feudalismo. Se antes o senhor feudal explorava o camponês o ameaçando com violência física, hoje a dominação se dá através das intermináveis estruturas burocráticas criadas. O autor desmente as informações distorcidas referentes ao percentual de população que fornece sua mão-de-obra para a produção de alimento necessário para alimentar os países, as quais nos trazem números, à primeira vista, indiscutíveis no que se refere à eficiência da atual forma de produção:

É comum ouvir-se o argumento de que a agricultura moderna é incrivelmente eficiente. Em países como os Estados Unidos ou a Alemanha e França e outras nações chamadas do “primeiro mundo”, um a três por cento da população consegue alimentar toda a população – e ainda sobra para exportação. Enquanto que em uma cultura camponesa, como eram as da Europa ou da Ásia no início do século XX, entre 40 e 60% da população se ocupava com o trabalho no campo – e às vezes havia fome. (LUTZENBERGER, 2012, p. 22).

Porém, a informação é uma falácia, pois está incompleta, como o próprio Lutzenberger nos mostra. Primeiro descrevendo o funcionamento da produção camponesa tradicional, desprovida do avanço tecnológico hoje existente:

As culturas camponesas tradicionais, em termos sistêmicos, eram todo um esquema de produção e distribuição autossuficiente. O camponês produzia seus próprios insumos: adubos, energia, forragem, semente. Às vezes construía sua própria casa e seus estábulos, e o artesão da aldeia fazia os veículos e os utensílios. Até mesmo o moinho era construído na aldeia. O agricultor entregava os alimentos praticamente na mão do consumidor na feira semanal. (LUTZENBERGER, 2012, p. 22).

E, em seguida, relatando a forma como se dá a atual forma de produção, imersa em um esquema de tecnologia e burocracia:

Já o agricultor canadense ou o plantador de soja do Rio Grande do Sul, na realidade, quase não passam de tratoristas. Eles são totalmente dependentes de uma imensa e difusa infraestrutura tecno-burocrática. Dependem de fábricas de adubos e agrotóxicos, sem falar nos plásticos e outros materiais da indústria química. Dependem de petróleo, quase sempre oriundo de ultramar. De energia elétrica, tratores, máquinas, minerais, siderurgias. Até as sementes o agricultor hoje compra das grandes

empresas, já em sua maioria controladas pela indústria química, e existe a tendência de se proibir todo uso de semente própria. Mesmo o alimento que vai para a sua própria mesa, a maioria dos agricultores já compra no supermercado – embalado, “beneficiado”, pré-cozido. Uma imensa indústria de elaboração, embalagem e transporte leva os alimentos do agricultor ao consumidor. Além disso, o agricultor e todas essas indústrias dependem de enorme esquema bancário, de pesquisa agrícola, de extensão agrícola. A indústria que mexe com alimentos também utiliza maquinaria cada vez mais sofisticada e embalagens sempre mais complexas. (LUTZENBERGER, 2012, p. 22).

Percebe-se que o agricultor, antes protagonista da produção alimentar, hoje é mera peça de um enorme sistema moldado para o crescimento econômico de empresas. Portanto, para haver uma comparação real entre a agricultura tradicional e a agricultura industrial, precisa ser considerado todo o somatório de horas e indivíduos envolvidos nesta megaestrutura. Neste sistema, até mesmo a pessoa que está atrás de sua mesa, na instituição financeira, digitando contratos de crédito agrícola, está trabalhando, na verdade, na produção e distribuição de alimentos.

Desta forma, Lutzenberger corrige o cálculo do percentual de população ocupada para a produção e distribuição de alimentos:

Se fizermos a conta completa, somarmos em uma contabilidade econômica moderna todas as horas de trabalho que têm a ver direta ou indiretamente com produção, elaboração, transporte e distribuição de alimentos, facilmente, chegaremos a cerca de 40% da população – ou mais – ocupada em prover alimentos. E essa conta deve incluir até parte das horas de trabalho de quem nada tem a ver com agricultura, mas que contribui com seus impostos para os subsídios – sem os quais a agricultura moderna simplesmente não funciona. O esquema só funciona com subsídios altíssimos, sempre mais subsídios, em todos os níveis, desde a produção no campo até a destruição de alimentos produzidos em excesso. Isto é, há um excesso de alimentos em uma parte do mundo, porque em outras partes fração cada vez maior da humanidade sofre com a falta de alimentos. Há privação nas favelas e fome no campo. (LUTZENBERGER, 2012, p. 23)

Este modelo atual, além de possuir um custo social e ecológico incalculável, é insustentável. O que fazia o camponês tradicional, entretanto, apresentava uma sustentabilidade total. E hoje, com todo o conhecimento técnico e científico existente, isto poderia ser melhorado. Lutzenberger também mostra esta diferença com exemplos práticos. Primeiro descrevendo a estrutura da agricultura tradicional, sustentável e harmoniosa ao meio ambiente:

A agricultura tradicional, com sua infinidade de adaptações culturais e ecológicas, estava perfeitamente inserida nas leis dos sistemas vivos. Ela operava dentro dos grandes e pequenos ciclos da Ecosfera. Os nutrientes eram reciclados, a energia era obtida localmente. Os campos eram adubados com esterco e resíduos orgânicos, ou com adubação verde. A energia dos animais de tração provinha da forragem e do pasto – energia solar, portanto. Os moinhos eram tocados a água ou vento, a lenha vinha do bosque local. Um esquema que podia continuar andando para sempre. As culturas camponesas europeias duraram dois mil anos. A chinesa, três mil. Só foram desbarradas pela agroquímica moderna e pela chamada Revolução Verde. (LUTZENBERGER, 2012, p. 24).

E depois, como comparação, a estrutura da agricultura moderna, exploradora insaciável dos recursos fornecidos pelo planeta:

A agricultura moderna trabalha com ciclos abertos e com recursos não renováveis. Os adubos vêm de minas que se esgotam, como é o caso dos fosfatos. Minas que, frequentemente, estão em outros continentes, obrigando ao transporte por mar de milhões de toneladas de materiais. Ou, como é o caso dos adubos nitrogenados, eles são produzidos com enorme consumo de energia – petróleo, gás natural, carvão mineral ou turfa, energia elétrica. Os venenos agrícolas, igualmente, vêm do petróleo e do carvão, e pressupõem enormes complexos de indústria química. (LUTZENBERGER, 2012, p. 25).

Estas constatações, mesmo nos mostrando que realmente o modelo atual de produção é insustentável e que, fatalmente, um dia, chegará ao seu fim – depois de devastar boa parte do planeta – nos fazem pensar se é possível aliar a já permanente produção em grandes escalas dos produtos com uma real sustentabilidade. Um método alternativo de cultivo de café pode nos ilustrar que há sim a possibilidade de grandes produções aliadas a uma sustentabilidade, como novamente Lutzenberger apresenta, primeiramente mostrando o modelo de produção mais comum, insustentável e agressor ao meio ambiente:

Em nosso país, no cultivo do café, as práticas convencionais consistem em manter o solo nu, de preferência com herbicidas, e fazer aplicações de adubos sintéticos, com ênfase em compostos nitrogenados. Isso leva a uma progressiva degradação da vida do solo e à suscetibilidade da planta ao ataque de pragas e enfermidades. Insetos, como a broca, mineiro e outros, são então combatidos com inseticidas. Ataques de fungos, como a ferrugem, são tratados com fungicidas. Se surgirem ácaros, aplicam-se acaricidas. Todo agricultor e agrônomo observador sabem que, quanto mais veneno se usa, mais praga aparece. Acabam aparecendo pragas realmente difíceis de controlar, como nematoides, e, em menos de dez anos, é comum o plantio tornar-se inviável. Então o agricultor derruba outro pedaço de bosque para fazer plantio novo. (LUTZENBERGER, 2012, p. 32).

E, em um segundo momento, mostrando a possibilidade de uma alternativa inteligente e sustentável:

Mas já temos cafeicultores que aprenderam a ressuscitar a sabedoria tradicional. Em vez de herbicida caro, usam ovelhas. A ovelha não gosta da folha do café, não prejudica a planta. Mantendo curta a vegetação natural, produz um excelente adubo orgânico, muito bem distribuído e, em vez de custo, significa pequena renda adicional, com economia de mão de obra. No lugar dos adubos sintéticos caros, se introduz leguminosas na cobertura verde. Estas produzem gratuitamente o nitrogênio necessário para uma boa produção de café. Basta, então, fazer uma boa adubação de base, com fosfatos naturais baratos e nacionais, que não nos custam divisas. Resultado desse tipo alternativo de manejo é um cafezal verde-escuro, viçoso, mais produtivo e, o que é mais surpreendente, praticamente isento de pragas e doenças. A qualidade do café também melhorar consideravelmente, e o cafezal dura indefinidamente. Menos pressão sobre os restos de floresta. (LUTZENBERGER, 2012, p. 32).

E então nos perguntamos: por que o método mais comum e incentivado – diga-se imposto - é o primeiro? Por que o mais caro, menos produtivo, prejudicial ao meio ambiente e insustentável? Porque este método gera dependência da compra dos insumos vendidos pelas grandes empresas, que precisam ser sustentadas. Por que o método mais barato, produtivo e sustentável não é incentivado? Pois são técnicas trocadas entre os produtores, que não podem ser patenteadas e que jamais vão gerar riqueza às empresas. Métodos inteligentes e sustentáveis, por enquanto, não são bem vistos pela nossa economia.

Não podemos esquecer que estas empresas são propriedade de seres humanos, os quais precisam atender suas necessidades materiais, seus meios de obter o sentimento de felicidade. Lembre-se que neste processo a produção de alimento possui importância totalmente secundária. A preocupação primordial em momento algum é alimentar a população mundial. A produção alimentar é apenas mais um dos meios utilizados para gerar riqueza para alguns, independentemente do sacrifício humano e ambiental que se faz necessário para tal.

Nossa relação com o meio ambiente, como podemos ver, é a pior possível. Somos consumidores obsessivos, impulsivos e egoístas, longe de exercermos nosso papel como integrantes harmoniosos ao desenvolvimento sustentável do planeta.

Podemos demonstrar, ainda, esta atuação agressiva através da relação do ser humano com as florestas, tendo como exemplo o que acontece no Brasil.

Em nosso país, a exportação de madeira, de maneira legal ou ilegal, acontece de forma descontrolada. Mais da metade da madeira abatida na Amazônia passa por este processo. Isto, ecologicamente, é um desastre. Em países como Malásia, Indonésia, Filipinas ou em partes da África ocorre a mesma situação. A exportação de toras brutas de madeira nativa ocorre sem controle algum e sem qualquer ação de reflorestamento. Somente com um pensamento sustentável esta atividade seria duradoura. Assim, obviamente que a atividade terá um fim e, ainda, conseqüentemente, chegaremos à quase total destruição das matas nativas.

Lutzenberger ilustra de maneira prática esta situação, demonstrando também uma forma sustentável de administrar esta atividade:

À medida que se esgotarem as florestas tropicais daqueles países, a pressão e a corrupção alcançarão níveis insuportáveis e incontroláveis. Socialmente, é imbecil exportar empregos. Quando tivermos um controle florestal racional e sustentável, então, sim, poderemos tornar-nos grandes exportadores de madeira cortada e de móveis e utensílios de madeira de alta classe, a preços que pagarão todo o esquema de proteção e recuperação florestal, com manutenção de centenas de milhares de empregos, humanamente desejáveis e significativos. Aqueles que hoje gritam – “cuidado com a internacionalização da Amazônia” – é que querem abrir as portas à predação, acusando de servir às potências estrangeiras quem quer apenas proteção e uso racional. São exatamente aqueles que abrirão as portas à entrega total, se tiverem sucesso. (LUTZENBERGER, 2012, p. 65).

Nosso país é um ótimo exemplo de exploração irracional do meio ambiente. O exemplo da exploração da Amazônia descrito acima ilustra muito bem como o interesse econômico atua de forma voraz sobre o planeta e como esta atuação é despreocupada com a própria continuidade. Não há viabilidade de uma exploração sustentável com a atual logística praticada. O pensamento é sempre voltado para o imediatismo do lucro, sem preocupar-se nem mesmo com um lucro duradouro, muito menos com a continuidade da vida do ambiente explorado.

Como diz Lutzenberger, somos ladrões totalmente deslumbrados com toda a riqueza oferecida pelo país. Ladrões que não sabem utilizar a riqueza racional de

forma que ela possa nos servir e ao mesmo tempo perdurar, ou até mesmo aumentar:

A maneira como hoje nós, brasileiros, consumimos este outrora tão belo país, é a maneira como a moderna sociedade industrial, em sua fase decadente de sociedade de consumo, trata a Terra, só tem paralelo com o comportamento do ladrão que conseguiu arrombar um palácio. Já no saguão de entrada, ele se vê deslumbrado pela quantidade, a variedade, o brilho das preciosidades ali expostas – cristais, prataria, ouro, mármore, pinturas. O deslumbramento ofusca-o tanto que agarra um objeto, se concentra no outro, deixa cair e espatifar-se o primeiro, pega o segundo, a cena se repete, volta a repetir-se com intervalos sempre mais curtos. Já quase escangalhou tudo na primeira sala, mas pela porta vislumbra mais riquezas na sala seguinte, a orgia se repete de sala em sala, como sempre mais relaxo e descaso. Já se encontra agora no grande e majestoso salão de festas, com seus vitrôs, esplêndidos candelabros e luminárias de cristal. Derruba estátuas, arrebenta baús, até mete facão nos quadros para ver o que há atrás das telas, cego de alucinação... (LUTZENBERGER, 2012, p. 66).

A descrição acima busca retratar o que acontece no Brasil, mas pode muito bem servir de comparação à atuação do ser humano em todo o planeta. O homem transformou-se em um ladrão estabonado, perdido em meio às riquezas oferecidas pela Terra, deixando todas esvaírem-se pelas suas próprias mãos.

É neste ponto que encontramos a crise moral, a crise de valores que existe hoje. Quando é que nos encontramos perdidos em meio a uma situação? Quando que desperdiçamos oportunidades e riquezas que nos são oferecidas? Quando não estamos centrados racionalmente, quando não temos noção dos verdadeiros valores que devemos seguir e da verdadeira postura que devemos tomar em determinadas situações.

O garimpo é o protótipo da rapina, do saque indiscriminado e cego, sem qualquer forma de respeito. O garimpeiro vai a lugar que não conhece, em busca de riqueza fácil ou rápida. Lá chegando, derruba, demole, aplasta o que considera empecilho, não se importa se emporcalhar tudo quanto não lhe atenda o objetivo. Ele não tem a mínima compreensão ou simpatia, muito menos amor pelo lugar, por sua natureza, sua gente. Não desenvolve sequer comunidade coerente com seus próprios companheiros de saque, tudo é improvisado, inclusive as moradias, quando merecem esse nome. Explora, leva tudo o que pode. Quando a exploração se torna difícil ou a jazida se esgota, vai embora, deixando atrás de si um lugar devastado e rios envenenados. Com exceção de alguns poucos que enriquecem desmedidamente – os donos do garimpo, os pilotos, às vezes as prostitutas -, a grande maioria dos garimpeiros, quando consegue sobreviver a

doenças, assassinatos e brigas, sai do garimpo mais pobre do que chegou. O garimpeiro continua sempre vítima. Está no garimpo porque perdeu seu passado, foi marginalizado em sua terra de origem. (LUTZENBERGER, 2012, p. 16).

Realmente, transformamos o mundo em um garimpo, no qual somos garimpeiros atuando irracionalmente, acabando com nosso próprio habitat, tudo em função de um sistema econômico que nos faz buscar a felicidade e cria nossas necessidades baseadas no consumo contínuo, egoísta e desenfreado, sem a menor preocupação com o ambiente que nos dá toda esta mesma riqueza que tanto buscamos.

2.2.2 Antropocentrismo e individualismo: causas vitais da insustentabilidade

Ainda, de encontro aos exemplos citados até aqui, podemos elencar algumas principais causas da insustentabilidade atual, como a nossa visão da Terra como uma coisa ou um baú de recursos. Não conseguimos enxergar a Terra como algo vivo, mas somente como alguma coisa da qual podemos tirar os recursos necessários para saciar as vontades do ser humano. Desta forma, atestamos nosso antropocentrismo, colocando o homem como centro de tudo, e não como parte de um sistema como um todo.

O que agrava o antropocentrismo é o fato de colocar o ser humano fora da natureza, como se ele não fosse parte dela e não dependesse dela. A natureza pode continuar sem o ser humano. Este não pode sequer pensar em sua sobrevivência sem a natureza. Além do mais, ele se colocou acima da natureza, numa posição de mando, quando, na verdade, ele é um elo da corrente da vida. Tanto ele quanto os demais seres são criaturas da Terra. (BOFF, 2012, p. 69).

Também, o projeto de modernidade vê o ser humano com vocação para um desenvolvimento ilimitado. E como isto pode ser possível em um planeta que possui limites? Além disso, a Modernidade prega o individualismo, baseando-se num conceito de liberdade em busca da felicidade, o que já foge de qualquer ideia de bem-estar coletivo. É este individualismo que dá consistência para toda a competição existente hoje, esta que move o motor do capitalismo. Estes conceitos fogem da lógica de sustentabilidade, conforme afirma Boff:

O individualismo e a competição são hostis à lógica da natureza e da vida humana, pois ambas são fundadas sobre a cooperação e a interdependência entre todos. Hoje, face à crise social e ecológica global, impõem-se: ou deslocamos o eixo do “eu” para o “nós” ou então dificilmente evitaremos uma tragédia, não só individual, mas coletiva. (BOFF, 2012, p. 73).

O homem, agindo desta forma, escancara seu lado egoísta, reflexo do nosso antropocentrismo, já citado aqui, criado também por muita influência dos ideais cristãos. A religiosidade ocidental, o antropocentrismo do cristianismo, coloca o homem como o protagonista do planeta. Enquanto que, em outras culturas, como a mitologia grega, ou culturas indígenas, por exemplo, colocam a espécie humana como parte de algo maior, como peça integrante da Natureza.

O historiador Lynn White Jr. apud Jamieson (2010, p. 45) afirma que a crise ambiental é causada pelos ideais antropocêntricos do cristianismo, visto que existe uma atitude exploratória contra a natureza na tradição cristã:

O que o cristianismo tem de especial, segundo White, é que ela é a mais “antropocêntrica” das religiões do mundo. No centro da tradicional história cristã, está Deus tomando-se homem na figura de Jesus. Essa ideia, na perspectiva de outras tradições religiosas do Oriente Médio, como o judaísmo e o islamismo, é considerada blasfêmia. Em vez de “antropocêntricas”, essas tradições são essencialmente “teocêntricas”. Tanto no judaísmo como no islamismo, Deus é totalmente transcendente. Ele é radicalmente distinto dos humanos e da natureza. O homem e a natureza são suas obras, mas não são de forma alguma divinos. Nas tradições do Extremo Oriente – budismo, hinduísmo, e jainismo, por exemplo -, a ideia da divindade de Jesus não é uma grande novidade. Nessas tradições, a divindade é vista como se manifestando em todos os seres vivos. De fato, a realização da divindade dentro de si é quase sempre o objetivo da prática espiritual dentro dessas tradições. Em contraste com o cristianismo, o que todas essas tradições partilham é a rejeição ao antropocentrismo. É esse antropocentrismo, que White acredita ser uma característica singular de forma dominante de cristianismo, que deu origem ao desenvolvimento da ciência moderna e da tecnologia, que, por sua vez, levaram à crise ambiental. (JAMIESON, 2010, p. 45).

De encontro a este pensamento também vai Lutzenberger, justamente falando da cultura ocidental cristã e seu antropocentrismo, citando a Terra como Gaia, nome anteriormente dado ao planeta pelos gregos:

Gaia é o nome poético que os antigos gregos davam à deusa Terra, isto é, à Terra mesma. A cultura clássica grega tinha uma visão bastante holística, que ela, poeticamente expressava em sua mitologia, mitologia que se tornou integrante da cultura ocidental. Mas a cultura ocidental, pela sua visão bíblica antropocêntrica, não aceitou o sentido profundo dessa mitologia. Outras mitologias que conhecemos, de culturas indígenas sul e norte-americanas e de povos naturais (Naturvölker) em outros continentes, todos colocam nossa espécie, a espécie humana, dentro de um contexto maior, como parte da Natureza. Em uma visão sistêmica do mundo, a própria expressão “ambiente” ou a redundância “meio ambiente” não tem sentido, pois expressam separação. Expressam dicotomia onde existe unidade. Basta contemplar a complementaridade entre animal e planta na fotossíntese e respiração, abelha e flor na fecundação, bactérias e ciclo do nitrogênio, para dar-se conta de que a vida no planeta Terra é uma unidade funcional, onde tudo tem a ver com tudo, Fotossíntese e respiração, no contexto global, são tão indispensáveis um ao outro como pulmão e sistema circulatório no organismo animal. Uma função não tem sentido se a outra. (LUTZENBERGER, 2012, p. 157).

Este antropocentrismo da cultura ocidental, cultura esta que também é berço do mercantilismo e, conseqüentemente, do capitalismo, mostram a postura egoísta e prepotente do ser humano perante o planeta. Não nos vemos como integrante de um sistema integrado, mas sim como donos e exploradores de um habitat construído para nossa irracional exploração.

Em momento algum na história do desenvolvimento do capitalismo o planeta não foi visto como objeto de exploração, de produção de bens materiais e geração de riquezas. Em momento algum o ser humano colocou-se como responsável pela sustentabilidade do seu habitat. Em momento algum viu-se como integrante de um sistema unitário, harmônico e com relações de dependência entre todos que o compõem. Sempre o home viu-se alheio, paralelo a toda Natureza, como explorador, ou, como já citado, garimpeiro das riquezas que ali sempre lhe estiveram disponíveis.

Este é o retrato do antropocentrismo pregado pelo pensamento cristão, este tão influente no mundo ocidental e que agora se expande para o restante do planeta. A postura egoísta do ser humano, que provém deste seu desencontro com os verdadeiros valores e verdadeiras necessidades para o bem-estar, é o grande mal que torna sua atuação no planeta uma ameaça a sua sustentabilidade.

Não adianta mais procurar remédios. Não adianta mais aspirar por soluções técnicas. Temos que ir à causa do mal. A verdadeira causa do mal está em

nossa maneira egoisticamente antropocêntrica de ver o mundo. Dessa visão de mundo decorre nossa maneira de tratá-lo. (LUTZENBERGER, 2012, p. 157).

O homem, portanto, tornou-se egoísta e, ao perder-se em seus valores morais na definição de suas verdadeiras necessidades para garantir sua felicidade, materializando seus objetivos de vida, transformou-se em um irracional devastador do planeta que habita, enxergando-se como o centro de tudo que acontece, tornando-se tão fútil a ponto de criar uma situação insustentável para a continuidade da própria vida na Terra.

Esta é nossa atual situação, de extrema delicadeza, pois temos um planeta sendo devastado para saciar as necessidades de uma raça humana que utiliza todo a sua evolução técnica para consumir e destruir o que encontra pela frente, esquecendo da sua racionalidade, da sua espiritualidade, do seu papel fundamental como indivíduo pensante de toda a Natureza, deixando de lado seus verdadeiros valores morais, caminhando para a impossibilidade da sua própria permanência no planeta em que vive, causando, quem sabe, sua própria extinção.

3 CENÁRIOS FUTUROS POSSÍVEIS: UMA MUDANÇA DE POSTURA E DE VALORES NECESSÁRIA PARA SER VIÁVEL A SUSTENTABILIDADE DO PLANETA

O cenário encontrado é preocupante. Este homem consumista que devasta o planeta está caminhando para a inviabilidade da sua própria vida na Terra. A forma de pensar atual é totalmente desvirtuada, guiada pelo antropocentrismo e pelo consumismo irracional, sem projetar ou buscar uma sustentabilidade do planeta. Muitos cenários poderemos encontrar daqui para frente, e a definição deles se fará conforme a postura assumida pelo ser humano perante seu habitat.

Enquanto nos vemos como um ser isolado, paralelo à Natureza, com total direito de exploração dela, sem entendermos que precisamos assumir uma postura de integrante de um sistema unitário do planeta, será inevitável a piora desta situação, projetando, então, um fim para nossos dias de exploradores, um fim para

os recursos naturais essenciais para nossa sobrevivência, naturalmente, como consequência de tudo isto, o fim da espécie humana na Terra.

Levando a discussão para uma visão mais ampla, tendo como parâmetro um campo político e econômico das nações, existem três cenários possíveis para o futuro, segundo Jamieson:

Catástrofe ambiental; contínua e crescente desigualdade global e degradação ambiental; ou uma mudança do estilo de vida das pessoas mais privilegiadas do mundo. Estes três cenários não são claros nem mutuamente excludentes. Até certo ponto, estamos vivendo no meio de cada um deles agora mesmo, e o futuro pode trazer outros. (JAMIESON, 2010, p. 301).

Assim, é possível constatar as possibilidades que o próprio ser humano pode dar a si mesmo. Caminhar para uma catástrofe ambiental imediata seria continuar aumentando sua capacidade de consumir o planeta, esgotando grande parte de seus recursos naturais, tornando-o insustentável por definitivo, praticamente inviabilizando a permanência humana na Terra.

Pequenas mudanças apenas retardariam este processo, causando muito mais um efeito de ilusória sustentabilidade e adiando um possível fim da existência humana no planeta. Esta seria uma postura pífia, na qual o consumismo ainda prevaleceria e pequenas ações paliativas disfarçariam uma nova postura do ser humano perante o planeta.

Porém, buscando uma mudança de postura drástica, reencontrando valores morais, éticos e redefinindo o conceito de felicidade, abandonando o consumo extremista e enxergando-se como uma parte da natureza, respeitando-a e agindo em prol da sua sustentabilidade, seria possível viver uma nova fase do ser humano no planeta, no qual ele entende seu papel fundamental para a manutenção dos recursos naturais, utilizando sua racionalidade para garantir a possibilidade de permanência da espécie no planeta por um longo período na história da Terra.

3.1 Catástrofe ambiental imediata ou crescente degradação ambiental: cenários insustentáveis

Em relação à catástrofe ambiental, Jamieson afirma que o planeta sobreviverá, pois o ser humano destruirá, de fato, a ele mesmo:

A retórica verde sobre “salvar o planeta” parece sugerir que, se não mudarmos nossos estilos de vida, o planeta terá problemas. Mas, enquanto existir alguma chance de podermos destruir a nós mesmos e a muitas outras formas de vida, há poucas chances de que venhamos a destruir o planeta. O planeta irá sobreviver à guerra nuclear, ao efeito estufa ou à contínua corrosão da camada de ozônio. Continuará sua órbita até colidir com um bólido, cair no sol, ou o universo entrar em colapso. O que queremos dizer com catástrofe ambiental é uma catástrofe para nós e outros seres vivos, não para o planeta”. (JAMIESON, 2010, p. 301).

Hoje ainda é constatado um crescimento na exploração e consumo dos recursos naturais da Terra. O aumento populacional e a produção industrial para atender a toda esta população, no modelo econômico atual, como já vimos, leva o planeta para sua insustentabilidade. Continuar nesta exploração irracional pode acelerar o processo de degradação do ambiente e criar uma situação de catástrofe imediata. Continuar apostando neste modelo de vida, expandindo-o constantemente pode significar a breve chegada do fim da existência humana no planeta.

A possibilidade de uma contínua e crescente desigualdade global e degradação ambiental, segundo Jamieson, aconteceria caso os ricos continuassem ricos e os pobres continuassem pobres. Nesta situação, ele se refere aos países ricos e aos países em desenvolvimento:

O segundo cenário, no qual a desigualdade global e a degradação ambiental seguem aumentando, conseguiremos impedir a catástrofe ambiental, que ocorreria se todo o mundo vivesse do mesmo modo que o norte-americano médio, certificando-se de que isso não aconteça. Os ricos continuam a ser ricos e os pobres continuam a ser pobres. (JAMIESON, 2010, p. 303).

Esta segunda possibilidade é praticamente impossível num cenário visto a longo prazo. Assim como o indivíduo, ao perceber que pode ascender socialmente, consumir mais e crescer economicamente, os países em desenvolvimento não aceitarão a condição de permanecer estagnados economicamente. A verdade é que as nações em desenvolvimento são a grande ameaça para a degradação do

ambiente, visto que sua possibilidade de ascensão traz um aumento de consumo incalculável e, conseqüentemente uma exploração maior ainda dos recursos naturais do Planeta,

A verdade é que o mundo em desenvolvimento está em posição de provocar grandes danos aos países ricos e às coisas que estes valorizam. Além de sua capacidade para aumentar de modo significativo e acelerar a mudança climática, os países em desenvolvimento são também guardiões de muito da biodiversidade do mundo. Sem a colaboração ativa de países da África, América do Sul e Ásia, muito disso se perderá para sempre. (JAMIESON, 2010, p. 304).

Estes cenários de catástrofe ou degradação ambiental são possibilidades que se misturam em suas proporções. Lutzenberger nos traz previsões de situações práticas, que vão de encontro ao que foi afirmado acima, mostrando que está mais do que na hora de a humanidade aprender a se portar com ética e racionalidade perante a natureza.

Até o ano de 2050, ou seja, durante a vida de crianças e jovens de hoje, terão acontecido inversões fundamentais e irreversíveis nas tendências atuais. Ninguém é e ninguém pode ser profeta, mas uma coisa é certa: o estilo de vida consumista, esta última excrescência da religião fanática que é a cultura industrialista global, não pode ser extrapolado por mais meio século. Até lá, ou aprendemos a nos enquadrar nas leis da vida, ou ela nos punirá severamente. (LUTZENBERGER, 2012, p. 164).

A dependência de recursos naturais é cada vez maior, enquanto que a disponibilidade deles diminui constantemente. A tecnologia é projetada para que a exploração seja cada vez mais eficiente, porém jamais voltada para a manutenção dos recursos de uma forma que os mantenha renováveis e infinitos. Esta é uma das principais premissas que explicam a insustentabilidade deste modelo econômico. Ainda estamos num estágio de ascensão da exploração, visto que as ações de devastação ambiental continuam, inclusive em escalas cada vez maiores, conforme mostra Lutzenberger:

Uns 20% da humanidade, a maioria dos países do chamado primeiro mundo e uma minoria nos demais, depende de uma movimentação cada vez mais brutal nos sistemas renováveis, a ponto de torna-los finitos também. As florestas tropicais úmidas da Ásia Sudoriental nas Filipinas, Indonésia, Nova Guiné, Austrália, na África, estão chegando ao fim. Nas florestas temperadas úmidas da costa norte do Pacífico, na América do Norte, avança rápido o corte raso sobre os últimos 5% de mata pristina. Na costa sul do Chile e na Terra do Fogo, inicia-se agora processo semelhante, porém mais vandálico ainda. As florestas boreais na Sibéria e no Alasca também já estão sendo

atacadas ferozmente. Todos os demais sistemas naturais, Cerrado, Savana, Agreste, Mata Atlântica, Restinga, Pampa, Pradaria, Estepe, Caatinga, todas as florestas subtropicais, os banhados e pantanais, quando já não estão seriamente devastados, encontram-se agora sob séria ameaça. Demolimos montanhas, barramos rios, inundamos imensos vales, afogando florestas virgens ou preciosos solos agrícolas. A pesca insaciável, com equipamentos eletrônicos cada vez mais eficientes, que não deixam escapar um peixe sequer em um enorme cardume, está depauperando os oceanos. A poluição contamina terra, mar e ar. Já somos mais de 5,7 bilhões, e a cada ano se acrescentam mais de cem milhões. Mas, a cada ano também, milhões de hectares de terras, antes férteis, são degradados pelos métodos imediatistas da agricultura moderna ou pela primitiva agricultura de rapina – erosão, perda de húmus, contaminação química, destruição da microvida, desertificação acelerada, esgotamento dos aquíferos fósseis que não têm reposição. (LUTZENBERGER, 2012, p. 164).

A mesma situação fica explícita com o que diz Miller apud Estenssoro Saavedra (2014, p. 52) ao relatar a condição de finitude do planeta, ou seja, de seus recursos, processo este que se acelera com sua constante, progressiva e insustentável exploração:

Mais florestas desaparecem anualmente, pastagens e áreas úmidas do mundo, e os desertos crescem à medida que mais pessoas passam a usar a superfície da Terra e seus recursos (..) As águas subterrâneas são extraídas em muitas áreas mais rapidamente do que o reabastecido. Estima-se que a cada hora, quatro espécies silvestres da Terra são levadas à extinção permanentemente, por parte da população que está crescendo rapidamente, e pelo desenvolvimento agrícola e industrial (..) Em outras palavras, estamos esgotando o capital natural da Terra, com uma velocidade sem precedentes e com grande aceleração, vivendo de maneira que provavelmente venha a ser insustentável (...) Temos que mudar profundamente nossa maneira de viver agora, ou enfrentar uma grave ruptura econômica, milhares de milhões de mortes humanas, extinção de um milhão ou mais de espécies terrestres e, talvez, a extinção da nossa própria espécie.

Se isto ainda ocorre hoje, como vamos projetar uma mudança de postura tão rápida que, em menos de 50 anos nos faça tomar o caminho de volta, vislumbrando uma sustentabilidade, através de uma utilização de recursos naturais de maneira racional, de modo que garanta a sua vitaliciedade? Os danos sociais não vêm sendo menores que os ambientais. A desigualdade social instalada, que traz fome tanto no campo como na cidade, apresenta um retrato de extrema violência urbana, insegurança, desespero e infelicidade do indivíduo. Não há mais como controlar a corrupção do ser humano, que se tornou insaciável materialmente. Vivemos um caos social no qual qualidade de vida e valores como fraternidade e idoneidade ou o sentimento de bem-estar ou segurança estão distantes da maioria da população.

Enquanto todos se preocupam em consumir o que podem, esquecem de viver sua vida observando os reais sentimentos que lhe trariam a verdadeira felicidade, como a paz e a estabilidade emocional e social. Lutzenberger também nos ilustra este cenário:

Socialmente, o desastre não é menor. Todas as estruturas sociais que cresceram e se organizaram historicamente, que eram estáveis, que davam às pessoas identidade, segurança e sentimento de aconchego, significado e calor humano, que se trate de culturas camponesas, de artesãos em estrutura familiar, pescadores artesanais, ou dos últimos habitantes das últimas selvas [...], todos estão desmoralizados, alienados, marginalizados. [...] nas classes abastadas da cultura industrial, as pessoas estão cada vez mais desorientadas. Cresce a insegurança, a criminalidade, o desespero, a alienação, aumenta a corrupção e a incapacidade dos governos em arcar com os problemas. (LUTZENBERGER, 2012, p. 165).

Esta constatação põe em dúvida a conceituação até aqui adotada para a expressão “progresso da humanidade”. Esta, até então, era vista justamente como o reflexo da evolução tecnológica, do aumento da produção agrícola, do desenvolvimento urbano, da transformação das comunidades em grandes centros e da instalação de um modelo de vida e busca da felicidade através do crescimento econômico e da possibilidade de conquista material através dele.

Até então, acreditava-se que a história do ser humano era de total e constante progresso. Numa visão de extremo antropocentrismo, todo o processo de evolução tecnológico era visto como uma evolução natural do ser humano na busca pela sua felicidade. Porém, a constatação e o avanço da crise ambiental acabaram por corromper esta ideia fixa de progresso, criando um sentimento de incerteza quanto ao caminho que a humanidade vem tomando e considerado como correto na busca de seu bem-estar. Estenssoro Saavedra traz esta discussão, esclarecendo o momento em que esta ideia se corrompeu:

O avanço da ideia de crise ambiental é considerado por alguns autores como a falência da ideia de progresso, que considerou a história como um processo contínuo, ininterrupto e crescente do bem-estar e da felicidade humana. Esta crença no progresso, tipicamente positivista e antropocêntrica, mostrou toda a confiança que a modernidade esclarecida depositou na racionalidade humana e capacidade científica para desvendar os mistérios do mundo e dominá-los em benefício de sua felicidade. [...] O discurso da crise ambiental reflete a crítica da ideia de progresso e o substitui pelo da incerteza, reconhecendo o fato de que, enquanto o avanço científico e técnico produziu o desenvolvimento de uma civilização

altamente industrializada, que se traduz em uma abundância de recursos e enorme bem-estar sem precedentes na História humana – pelo menos o primeiro mundo -, também trouxe consequências inesperadas, tais como a ameaça nuclear, os desastres ambientais, destruição da camada de ozônio, a possibilidade de esgotamento dos recursos naturais, a poluição industrial, desmatamento, entre muitos outros (ESTENSSORO SAAVEDRA, 2014, p. 24).

Este progresso, até então visto como certo, passou a ser duvidoso. O sistema capitalista nos trouxe a uma situação delicada. Se não houver uma mudança de rumo imediata, espécies de colapsos podem vir a acontecer. Neste caso, um colapso de grandes proporções significaria, quem sabe, o fim da existência da raça humana. Colapsos menores, ainda que impactantes, permitiriam ações de retomada de caminho na busca por novos modelos de produção, voltados para uma possível sustentabilidade do planeta e, conseqüentemente, a manutenção da raça humana nele.

Estes colapsos menores podem vir a acontecer em diversos setores, como as finanças, visto o descontrole que os próprios administradores possuem sobre a economia, esta guiada por cálculos feitos pelos computadores. Uma crise econômica poderia afetar desde o mais poderoso empresário até o detentor de pequenas posses, assalariado, gerando um caos social incalculável.

A energia, que é utilizada de maneira totalmente inadequada, já enfrenta diversas pequenas e localizadas crises, que encaminham uma crise global, visto que as fontes mais utilizadas, como o petróleo, são esgotáveis. Não há um plano concreto de busca de energia sustentável que possa atender a demanda mundial.

A agricultura moderna, totalmente dependente do setor de transportes, financeiro e tecnológico, responsável pela alimentação da população mundial, é refém de qualquer outra possível crise nestes setores de que depende. A produção e distribuição de alimentos é globalizada e praticamente não existe mais um abastecimento local. Uma crise agrícola significaria fome para uma enorme parcela da humanidade.

As epidemias, pragas e doenças, que a cada dia que passa se tornam mais difíceis de controlar. A proliferação de doenças é cada vez mais intensa. A alimentação humana é de péssima qualidade. Somos tomados pelo caos urbano, pelo estresse e por uma vida longe de um ambiente saudável. A saúde pública não atende mais a demanda social e a medicina se torna cada vez mais cara e, por consequência, menos acessível.

O clima do planeta já está extremamente afetado e o seu desequilíbrio é cada vez maior. A produção industrial e o modo de vida consumista são extremamente poluidores, ao mesmo tempo que a devastação ambiental é cada vez maior. Todo o ecossistema é prejudicado e, naturalmente, é criada uma crise climática global.

Assim, em meio a todos estes possíveis colapsos, prevê-se uma situação catastrófica global. Não há como esperar sustentabilidade se o ser humano continuar com esta atual postura perante o planeta. Estamos produzindo constantemente situações que vão de encontro a estes colapsos menores e, fatalmente, caso nem estes sirvam como aviso, a um colapso maior e derradeiro, que pode significar o fim da existência da raça humana na Terra.

3.2 Mudança de postura do homem perante o planeta terra: o possível cenário de sustentabilidade

Uma das possibilidades de mudança e de então conseguirmos alcançar o terceiro cenário proposto por Jamieson, seria através da iniciativa dos países ricos em buscar alternativas sustentáveis, utilizando seu poder de desenvolvimento tecnológico em prol de uma mudança de rumo no planeta, buscando a preservação deste e a permanência de suas espécies nele. Seguindo o exemplo dos países desenvolvidos, os então países em desenvolvimento não precisariam passar por uma fase de constante degradação para só então buscar a sustentabilidade, redirecionando o mundo inteiro para um desenvolvimento econômico e social sustentável, isto é, que respeite a ideia de continuidade do planeta assim como ele está.

Em razão de os países em desenvolvimento possuírem a condição de ameaçar o que os países desenvolvidos desejam, existe a possibilidade de acordo. De sua parte, os países em desenvolvimento floresceriam de um modo que “pularia” o modelo de desenvolvimento intensivo altamente poluente seguido por Europa e América do Norte, e se deslocariam diretamente para as sustentáveis altamente eficientes tecnologias do futuro. Em retorno, os países ricos devem dar o exemplo reduzindo seu próprio consumo e caminhando para a sustentabilidade. Em grande medida, eles devem também desenvolver, providenciar e pagar as novas tecnologias que os países em desenvolvimento precisam para fazer a transição. (JAMIESON, 2010, p. 304).

Esta possibilidade, observando as atuais mudanças no padrão de vida de muitos países europeus, não parece tão distante. Neles, muitas mudanças na legislação ambiental, investimentos na mobilidade urbana e readequação dos meios de produção já trouxeram benefícios à sustentabilidade. Porém, o modelo econômico e de produção dos Estados Unidos acaba ornando esta possibilidade ainda muito distante:

Há razões para sermos pessimistas. Os Estados Unidos são hoje uma sociedade notadamente materialista. Uma indicação disso é o papel talismânico dos indicadores econômicos, estatísticas e projeções da vida pública da nação. Informações que costumavam ser restritas ao setor de negócios do jornal cada vez mais invadiram outras páginas. Uma olhada aleatória no New York Times, por exemplo, mostra que as palavras de um funcionário de segundo escalão do Federal Reserve – instituição equivalente ao Banco Central do Brasil - são tratadas como notícia mais importante do que cem elefantes mortos na África ou o último ataque israelense em Gaza. É difícil imaginar outro líder nacional implorando a seu país, como fez o presidente Bush após os ataques de 11 de setembro, que vá fazer compras como uma maneira de derrotar o terrorismo. (JAMIESON, 2010, p. 305).

Como podemos ver, o consumismo impregnado nas nações e nos indivíduos é o nosso maior obstáculo para a implantação de uma ideia de sustentabilidade. Como fazer um país extremamente consumista como os Estados Unidos da América, que pinta o capitalismo na sua cara, parar de consumir incessantemente e redirecionar suas atenções para a preservação do mundo? É neste momento que voltamos ao condicionamento dos valores dos indivíduos. A sociedade, as nações, o mundo como um todo, enfrentam muitos obstáculos para redirecionar-se de maneira única e sincronizada para novos valores de vida e para um desenvolvimento sustentável.

3.2.1 Felicidade, sustentabilidade e desenvolvimento: conceitos a serem (re) avaliados

Se faz necessária uma mudança imediata de valores, tendo seu início em cada indivíduo, em cada ser humano, este recondicionando seus valores de vida, deixando de lado este consumismo impregnado em seu pensamento e voltando a buscar o seu bem-estar através de valores que condizem à verdadeira essência do ser humano.

É cada vez mais claro que riqueza não é um bom indicador de felicidade, tanto para países quanto para indivíduos. Há evidências de que a riqueza, quando ultrapassa um nível básico, não faz as pessoas felizes. O que faz as pessoas felizes é o amor, o companheirismo e engajar-se em atividades significativas. (JAMIESON, 2010, p. 307).

O conceito de felicidade precisa ser reavaliado. Alguns países no mundo já caminham nesta direção. E, curiosamente, são povos originários os que vêm traçando um novo caminho, buscando mudar a ideia do bem-viver. Originários num sentido filosófico, no que diz respeito a um modelo de vida baseado na integração à natureza e com o universo. Eles propõem como “bem-viver” - que para nós significa o conforto e o alcance material e econômico de cada indivíduo – prevendo a possibilidade de uma vida em comunhão e bem-estar comum na sociedade que o indivíduo vive, tendo o ser humano como parte de um universo maior, juntamente com a natureza. Boff cita estes povos andinos como exemplo de um promissor modelo de vida sustentável:

Os povos andinos vão desde a Patagônia até ao norte da América do Sul e do Caribe [...] O ideal que propõem é do bem-viver. O “bem-viver” não é o nosso “viver melhor” ou “qualidade de vida” que, para se realizar, muitos têm que viver pior e ter uma má qualidade de vida. O bem-viver andino visa uma ética da suficiência para toda a comunidade e não apenas para o indivíduo. Pressupõe uma visão holística e integradora do ser humano inserido na grande comunidade terrenal que inclui, além do ser humano, o ar, a água, os solos, as montanhas, as árvores e os animais, o Sol, a Lua e as estrelas; é buscar um caminho de equilíbrio e estar em profunda comunhão com a Pacha (energia universal), que se concentra na Pachamama (Terra), com as energias do universo e com Deus. (BOFF, 2012, p. 62).

No Butão busca-se um ideal de vida parecido com os andinos, no qual a igualdade e a cooperação de todos na comunidade prevalecem e vão de encontro

ao bem-estar do cidadão. Lá, conforme Boff, instaurou-se o termo “Índice de Felicidade Interna Bruta”:

O Butão, espremido entre a China e a Índia, aos pés do Himalaia, pratica há séculos um ideal semelhante ao dos povos andinos. Trata-se de um país muito pobre materialmente, mas que estatuiu oficialmente o “Índice de Felicidade Interna Bruta”. Este não é medido por critérios quantitativos, mas qualitativos, como a boa governança das autoridades, equitativa distribuição dos excedentes da agricultura de subsistência, da extração vegetal e da venda de energia para a Índia, boa saúde, nível de estresse e equilíbrio psicológico, boa educação e especialmente bom nível de cooperação de todos para garantir a paz social. (BOFF, 2012, p. 64).

As próprias conceituações sobre sustentabilidade precisam ser reavaliadas. Os modelos atualmente propostos, em grande parte, ainda são antropocêntricos, contraditórios e equivocados, pois continuam baseados em uma sociedade voltada para o desenvolvimento econômico. Conforme apresenta Boff, o modelo padrão que vemos nos discursos das poderosas empresas é passível desta crítica, pois não vai de encontro a uma mudança de compreensão de vida, mas sim uma adaptação do modelo econômico atual, nunca abandonado a necessidade de acúmulo material:

Vejamos, rapidamente, o modelo-padrão de desenvolvimento sustentável, como, normalmente, é pensado e buscado nas empresas e aparece nos discursos oficiais: Para ser sustentável o desenvolvimento deve ser economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente correto. [...] O conceito foi criado pelo britânico John Elkington, fundador da ONG SustainAbility, que se propõe exatamente a divulgar estes três momentos como necessários a todo desenvolvimento sustentável. (BOFF, 2012, p. 44).

O termo “desenvolvimento economicamente viável” é que torna esta definição antropocêntrica, contraditória e equivocada, pois o desenvolvimento que se trata a definição continua sendo o desenvolvimento quantitativo, analisado através de números, de lucros e de produção material.

Neste conceito de sustentabilidade proposto, a ideia principal ainda é ganhar dinheiro e consumir. O antropocentrismo continua prevalecendo, pois em momento algum lembra de toda a comunidade viva, além do ser humano, existente na Terra. A ideia linear de desenvolvimento, que pressupõe a continuidade da crescente exploração da natureza vai na contramão da sustentabilidade. Portanto, o que hoje é proposto como mudanças necessárias, ainda é pensado com o objetivo de manter o

sistema capitalista viável, não com o objetivo de manter viável a sustentabilidade do planeta Terra.

Uma sustentabilidade mais efetiva pode guiar-se de maneira mais ampla. Buscar atender não só a manutenção da vida do ser humano, mas também de toda a natureza, objetivando sustentar todas as condições para o surgimento e continuidade da evolução dos seres e respeitar a condição de “Terra viva” do planeta, respeitando também seus direitos. Boff nos apresenta uma conceituação integradora de todas estas condições:

Sustentabilidade é toda ação destinada a manter as condições energéticas, informacionais, físico-químicas que sustentam todos os seres, especialmente a Terra viva, a comunidade de vida e a vida humana, visando sua continuidade e ainda atender as necessidades da geração presente e das futuras, de tal forma que o capital natural seja mantido e enriquecido em sua capacidade de regeneração, reprodução e coevolução. (BOFF, 2012, p. 107).

Nota-se, imediatamente, a primeira mudança desta conceituação, que é a posição do ser humano como integrante de todo o sistema, e não como dono dele, priorizando a manutenção da vida da Terra, que abriga todos os seres e sistemas vivos que vivem em uma cadeia de interdependência.

Alcançada esta compreensão de sustentabilidade, pode-se, então, imaginar a possibilidade de um desenvolvimento sustentável, e isto passa por uma nova mudança de conceito, o de desenvolvimento, que hoje é medido por cifras e números. O desenvolvimento hoje é pregado unicamente o econômico, o desenvolvimento material, abdicando do desenvolvimento cultural, espiritual e intelectual do ser. É a troca que o ser humano fez do “ser” pelo “ter”.

Boff fala sobre passar do “capital material” – aquele construído pelo trabalho humano sob condições de exploração da força de trabalho e de degradação da natureza - para o “capital humano” – cultura, artes, ciência, visões do mundo - o que significaria o resgate da evolução e do desenvolvimento medidos pelo seu crescimento pessoal, satisfazendo sua necessidade de expansão através do

desenvolvimento da sua intelectualidade, das relações de afeto e de sua espiritualidade.

O desafio apresentado hoje é como passar do capital material ao capital humano. Logicamente, o humano não dispensa o capital material. Este sempre fornece, em última instância, a infraestrutura para tudo. [...] No entanto, não podemos nos restringir ao crescimento, porque ele não é um fim em si mesmo. Não faz sentido acumular por acumular. Ele se ordena ao desenvolvimento integral do ser humano. O desenvolvimento, como já foi assinalado, é um conceito abrangente e holístico que cobre distintas dimensões do ser humano, que vão muito além das materiais. [...] não se trata apenas de superar a miséria e a pobreza, nem só atender a nutrição e a saúde, condições de base para qualquer desenvolvimento, mas se trata de transformar o ser humano. [...] desabrochar e desenvolver as potencialidades e capacidades do ser humano, cuja vocação ontológica e história é ser mais, o que implica um superar-se, um ir além de si mesmo, um ativar os potenciais latentes em seu ser. (BOFF, 2012, p. 136).

Portanto, faz-se necessária uma nova compreensão da noção de desenvolvimento, esta voltada para o desabrochar do “ser”, ligada ao “capital humano” citado por Boff, indo de encontro ao já citado “segundo pressuposto para a existência humana” citado por Marx, das novas necessidades criadas após as básicas como comer, beber e morar. Trata-se de uma retomada de valores do ser humano, buscando seu bem-estar e sua evolução através de seu crescimento pessoal e não material.

Boff nos apresenta um conceito de desenvolvimento que corresponde a estes pressupostos:

Desenvolvimento, então, significa a ampliação das oportunidades de modelar a vida e definir-lhe um destino. O ser humano se descobre um ser utópico e um projeto infinito, habitado por um sem-número de potencialidades. Criar as condições para que elas possam vir à tona e sejam implementadas, eis o propósito do desenvolvimento humano. Trata-se de humanizar o humano, rasgar-lhe o horizonte de suas capacidades e habilidades e incentivá-lo na busca de sua realização. A serviço deste propósito estão as ciências, as tecnologias e nossos modos de produção. Seus produtos primeiramente devem se destinar à vida de todos, e em seguida ao mercado. [...] Precisamos de uma sociedade *com* mercado e não *de* mercado. (BOFF, 2012, p. 136).

O desenvolvimento, portanto, precisa ser espiritual, intelectual, sentimental. A mudança de parâmetro para a análise e conceituação deste termo passa pela mudança de valores do indivíduo, que busca sua satisfação pessoal através de seu

capital humano, tornado o capital material mero subsídio para sua existência e sua evolução como ser.

3.2.2 O reencontro do ser humano com seu verdadeiro eu: a mudança de valores de vida que possibilitam um cenário sustentável

O ser humano precisa se reencontrar, precisa encontrar a moralidade descrita por Schopenhauer, que é “essencialmente própria”, independente de “noções anteriores”, uma moralidade espontânea, que encontra os verdadeiros valores da felicidade. Este encontro poderá abrir os olhos de cada ser e tornar a felicidade buscada no consumo algo fútil e desprezível, o que realmente é, porém hoje não visto assim em função desta crise moral que o homem vive.

Pelizzoli define de forma bem clara a necessidade deste encontro com os verdadeiros valores do ser humano:

O primeiro “mundo” que interessa às pessoas é o seu próprio mundo, interior, corpo e psique, que por sua vez liga-se diretamente ao mundo chamado de exterior, relações, alteridade, desafios ambientais. O modo como estruturamos nosso mundo hoje marcado pela sociedade de consumo e pelo afastamento da “natureza natural” está em conexão direta com o que sentimos, e como são nossas relações afetivas, como é nossa saúde, nosso ânimo e nossa energia vital. Portanto, sustentabilidade aqui não quer dizer apenas uma economia sustentável, mas uma consciência e uma educação para a vida, uma abertura para a natureza perdida, para a energia da vida que habita nossos corpos, alimentos, ambiente naturais ou construídos, e as pessoas que se relacionam e organizam diferentemente. Ética não é moral, e menos ainda moralismo. Ethos é saber cuidar, habitar e construir o sentido íntimo e externo, “espiritual” e mundano, de nossas vidas; fala-se em ética porque precisamos resgatar o equilíbrio, a harmonia, os valores que contemplam nossa jornada nesse mundo, em nossos locais de trabalho, escolas famílias, resgatando acima de tudo o âmbito comunitário e de grupo. As ações efetivas para modificar nosso presente e futuro, saindo da destrutividade e entrando na criatividade e na partilha, passam pela organização social, pela educação em todos os níveis; passam pela coragem de mudar, de ir à raiz e romper com a normose – estado de coisas doentio da sociedade de mercado excludente e deletéria. Tal estado, defendido por ser “normal”, tem produzido uma avalanche de doenças, de efeitos ambientais de toda ordem, que nos pegam pelo ar, pelos materiais que compramos, pela nossa pele, pela água que usamos, pela poluição visual, pelo estresse e perda de sentido de vida que crescentemente e em algum momento as pessoas passam. (PELIZZOLI, 2013, p. 139).

Para resolvermos os problemas ambientais, não podemos olhar diretamente e somente para o “verde” da questão. Precisamos de uma mudança drástica na maneira de viver:

A questão ecológica não é algo verde, nem em conservação da natureza, nem jogar informações ambientais sobre as crianças ou jovens. Acima de tudo, é uma reviravolta de mentalidade, uma mudança de paradigmas, uma coragem de inovar e ao mesmo tempo resgatar o passado sustentável; uma atitude para além do bem e do mal, atitude de protesto, boicote, mudança de hábito, abandono do consumismo, volta às tradições, e um grande processo de desacelerar, parar – mais cedo ou mais tarde teremos que fazer isto como sociedade, por bem ou por mal. Os antigos mestres e filósofos ensinaram muitas pessoas hoje a cultivar o silêncio, a lidar com seus desejos, com seus medos e frustrações; e assim tomar consciência de como impactam os outros e a natureza. Aqui temos uma base para frear a loucura egoica da sociedade industrial e artificial de consumo, antes que sejamos engolidos pelas doenças crescentes, pela perda de qualidade de vida, depressão, destruição de valores, efeito estufa, falta de recursos, inviabilidade das cidades, e assim por diante”. (PELIZZOLI, 2013, p. 140).

O homem precisa reencontra-se como indivíduo. No momento que entender que a busca pelo desenvolvimento sustentável nada mais é que a busca pela continuidade da sua vida no planeta, e não a continuidade da vida do planeta, perceberá que a maior herança que pode deixar para seus sucessores não é a material, os bens que conquistou ao longo de sua vida, mas sim um planeta Terra em condições de ser habitado com qualidade de vida e bem-estar social. A herança que cada indivíduo deve deixar são os seus valores morais totalmente reformulados, voltados para uma felicidade baseada no amor, na solidariedade, no afeto de nas conquistas alcançadas através de seu envolvimento com atividades de crescimento intelectual e espiritual.

A esperança nesta mudança do ser humano precisa ser mantida. Nossa essência é solidária e, como integrantes do planeta Terra, temos por natureza a capacidade de reerguer-se em meio às crises que vivemos. Assim como o ser humano perdeu-se no caminho, distorcendo seus valores fundamentais de vida, tem capacidade para reencontrar-se e retomar seu verdadeiro desenvolvimento e sua capacidade de vida harmoniosa com a Terra. Boff alimenta esta esperança, acreditando na retomada de uma convivência sustentável:

O nível mais alto da consciência, o espiritual, nos convencerá a amar a vida mais que o capital material, a evitar todo tipo de dano à biosfera e a tirar da

Terra somente aquilo que realmente precisamos para viver com suficiência e decência. Esse é um dos propósitos básicos da sustentabilidade. Por natureza, somos seres de cooperação e de solidariedade. Em momentos de grande risco e de tragédias coletivas se anulam as diferenças de classe social e todos são convocados para a cooperação e para a solidariedade. Então nos entreatamos para nos salvar. Esse momento se aproxima, pois a Terra está dando inequívocos sinais de estresse e de limites de suas forças. Não estamos diante de uma tragédia anunciada, mas no coração existe uma crise fundamental que nos vai acrisolar, purificar e permitir dar um salto rumo a uma humanidade sustentável habitando um mundo que juntos podemos fazê-lo existir sustentavelmente. (BOFF, 2012, p. 166).

Trata-se, portanto, de uma mudança coletiva, solidária e de total superação, mas que se torna possível devido à natureza do homem de conseguir superar suas próprias crises e reencontrar-se em meio aos seus erros. Uma nova visão de mundo e de vida se faz necessária. É esta mudança que precisa acontecer.

O alcance do desenvolvimento sustentável da Terra passa pelo (re) encontro do ser humano com o seu verdadeiro “Eu”, que carrega dentro de si os verdadeiros valores da vida, os que trazem o seu verdadeiro desenvolvimento e a sua verdadeira felicidade. Esta construção de valores morais, dignos e de um mundo com sustentabilidade é, sem dúvida alguma, a tarefa mais preciosa que hoje o homem possui e possuirá durante toda a sua existência.

CONCLUSÃO

O Ser Humano está perdido em uma vida consumista, baseada na conquista de bens materiais, esquecendo valores morais e pessoais que deveriam ser a verdadeira medida de seu bem-estar. Esta situação é fruto de um sistema voltado para a exploração em prol do consumo, o capitalismo.

O nosso planeta transformou-se em mera matéria prima para atender estes anseios materiais e, ao ser explorado insaciavelmente, longe de um olhar sustentável, está inviabilizando a continuidade da vida do homem nele. Seguindo esta direção, o planeta Terra continuará aqui, em outra fase de sua existência, porém o homem não estará mais habitando ele, consequência da irresponsabilidade que teve com sua própria casa.

A crise ambiental acaba sendo mais uma das péssimas consequências desta involução moral do homem. Não podemos falar de uma crise ambiental isoladamente, muito menos justificá-la sem antes entender a crise moral que o maior explorador do planeta Terra vive.

Conceitos como o de felicidade, desenvolvimento e sustentabilidade precisam ser revistos, recuperando sua essência mais humana e com um entendimento de que o homem é um componente de todo o planeta e de um sistema vivo que precisa ser preservado e respeitado. O desenvolvimento precisa ser espiritual, intelectual, sentimental, e não material. A felicidade precisa ser encontrada através deste desenvolvimento, e não falsificada pelas sensações provocadas pelo consumo.

Os bens materiais precisam ser apenas subsídios para a estruturação da vida humana, e não fundamentais para o encontro da bem-estar do ser ou de sua evolução. A sustentabilidade precisa ser voltada para o planeta, buscando manter a vida dele, e não a vida do sistema capitalista. O homem precisa saciar sua necessidade de expansão de maneira mais humana e menos material.

Somente um redirecionamento na maneira de viver e da definição do que é bem-estar, seja ele individual ou social é que pode impedir o encurtamento do período de vida da espécie humana e de muitas outras espécies na Terra. Esta mudança de postura se faz necessária e um redirecionamento das ações humanas, hoje cegamente voltadas para a produção e consumo da materialidade, é fundamental para a retomada de uma real sustentabilidade, para o encontro da real felicidade e para a descoberta do real desenvolvimento. Trata-se de ações conjugadas e interdependentes, que se tomadas como prioritárias, auxiliam uma à outra.

Viver em harmonia com o planeta Terra, desenvolver-se intelectual e espiritualmente, encontrando a felicidade no “ser”, e não no “ter”. Este é o caminho a ser tomado para que a vida do ser humano no planeta seja sustentável. Um sentimento de sabedoria, harmonia e felicidade, esta é a maior e melhor herança que podemos deixar para as futuras gerações.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômacos*. Trad. Mário Gama Kury. 4 Ed. Editora UNB Brasília/DF, 2001.
- BAUMAN, Zygmund. **Capitalismo parasitário e outros temas contemporâneos**. 1 Ed. Editora Zahar – Rio de Janeiro/RJ, 2010.
- BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é. o que não é**. 1 Ed. Editora Vozes – Petrópolis/RJ, 2012.
- CHÂTELET, François. **História das ideias políticas**. 2. Ed. Editora Zahar – Rio de Janeiro/RJ, 2009.
- ESTENSSORO SAAVEDRA, Fernando. Trad. Daniel Rubens Cenci. **História do debate ambiental na política mundial 1945-1992**. 1. Ed, Editora Unijuí – Ijuí/RS, 2014.
- JAMIESON, Dale. **Ética e meio ambiente – uma introdução**. 1. Ed. Editora Senac São Paulo – São Paulo/SP, 2010.
- LUTZENBERGER, José Antonio. **Crítica ecológica do pensamento econômico**. 1 Ed. Editora L&PM Pocket – Porto Alegre/RS, 2012.
- MARX, Karl. **A ideologia alemã**. 3 Ed. Editora Martins Fontes – São Paulo/SP, 2007.
- MUJICA, Pepe. **Discurso RIO+20**. Publicado em 28/06/2012 – pesquisado em 03/04/2015. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=iy3hiXYG8xc> .
- NIETSCHE, Friedrich. **Genealogia da Moral**. 2. Ed. Editora Schwarcz – São Paulo/SP, 2010.
- PELLIZZOLI, M.L., **Ética e meio ambiente – para uma sociedade sustentável**. 1. Ed. Editora Vozes – Petrópolis/RJ, 2013.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6. Ed. Editora Record – Rio de Janeiro – São Paulo, 2001.

SCHOPENHAUER, Arthur. **As dores do mundo**. 1. Ed. Editora Edipro – São Paulo/SP, 2014.